

A CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM URBANA DA ÁREA CENTRAL DE SALVADOR

da fundação até finais do século XIX

LUIZ ANTONIO FERNANDES CARDOSO

RODRIGO ESPINHA BAETA

Este artigo tem como tema a constituição da paisagem urbana da cidade de Salvador – primeira capital das possessões portuguesas nas Américas e mais antiga povoação urbana fundada já com o *status* de “cidade”, no primeiro século de existência da colônia lusitana. A análise a ser empreendida se limitará à área central do núcleo urbano – a zona que coincide com o que hoje é denominado de “Centro Histórico” – e contemplará um recorte temporal que se estenderá da sua fundação, em 1549, até finais do século XIX.

A limitação do estudo à área central da cidade se justifica em função da investigação se enquadrar no tema proposto para este livro, que almeja fomentar um diálogo que contemple a questão da centralidade – em diversos recortes – de duas grandes metrópoles ibero-americanas, antigas sedes de governo ligadas ao domínio peninsular no Novo Mundo: Lima e Salvador. Para além disso, o chamado “Centro Histórico” envolve o que seria a cidade propriamente dita até o avançar do período colonial, e continuará compondo o setor mais intensamente urbanizado da nucleação até finais do século XIX. Ou seja, analisar o desenvolvimento

da morfologia urbana e a elaboração da estrutura cenográfica da antiga capital (no período colonial e durante o Império) pressupõe a avaliação de todo tecido urbano neste recorte temporal – mesmo as áreas periféricas, de urbanização mais precária, que estavam invariavelmente e intimamente vinculadas ao importante núcleo central. Também deve ser considerado que a ampliação da área de estudo para toda a cidade moderna derrocara, inevitavelmente, em análises mais rasas e superficiais, além do que traria a necessidade de alargar a investigação para o século XX – quando a cidade crescerá exponencialmente.

Neste sentido, pode-se justificar a não inclusão do século passado na abordagem da temática deste ensaio. Na verdade, uma das questões centrais desta breve apreciação que contemplará o desenvolvimento histórico da paisagem urbana da antiga Salvador é a hipótese que sugere que, mesmo após as diversas intervenções que a cidade sofreu em sua estrutura urbana e na composição de seu acervo arquitetônico nos Oitocentos, o equilíbrio cenográfico capturado na apreensão do sítio habitado não será minimamente afetado. Pelo contrário, desde sua fundação, a primeira capital brasileira afirmará, gradativamente, a exposição de uma paisagem dramática que terá seu auge justamente neste século; é possível perceber, na vasta iconografia produzida, especialmente nas inúmeras fotografias datadas da segunda metade do século XIX, como a cidade se mostrará cada vez mais pujante, cada vez mais teatral com o adentrar da centúria.

Somente no século XX, essa unidade compositiva, que perdurou por mais de 350 anos, será rompida, pondo fim a um equilíbrio baseado na consistente relação paisagística entre o traçado urbano, o sítio natural e a arquitetura – aí incluídos a massa edificada mais corriqueira, os equipamentos militares de defesa, os monumentos do poder oficial e, principalmente, as marcantes edificações correspondentes às estruturas religiosas. Com as diversas intervenções mutiladoras que a área central sofrerá, bem como com a substituição de um coerente e persistente conjunto edilício – fruto de uma tradição construtiva e urbanística que se preservou durante o Império – por construções que absorverão uma lógica completamente diversa no que concerne à relação com o lote, com o edifício ao lado e com as obras dominantes da arquitetura do passado, a imagem ancestral da cidade será, em grande parte, implodida e o chamado “Centro Histórico” sofrerá um grande revés. De fato, as grandes transformações urbanas do século XX fragmentarão a unidade compositiva que se fruía em todo o sítio – unidade agora só perceptível em algumas “ilhas” da região central: mais especificamente as áreas compreendidas entre o Terreiro de Jesus e o Largo de Santo Antonio Além do Carmo, assim como o trecho muito degradado social e economicamente, porém

preservado no que se refere à sua paisagem construída, que se estende da atual zona do Sodré e Ladeira da Preguiça até a Igreja da Conceição da Praia e seus arredores.

SALVADOR AO TEMPO DE SUA FUNDAÇÃO

A vida urbana não teria surgido nas Américas após a chegada, nas ilhas do Caribe, do navegador genovês Cristóvão Colombo. Inúmeros aglomerados populacionais, ligados às mais diversas e desenvolvidas civilizações nativas, já despontavam ao longo do cenário americano pré-hispânico, como importantes assentamentos humanos com indiscutíveis características urbanas, configurando conjuntos monumentais complexos e heterogêneos, ligados a poderosos grupos autóctones organizados – núcleos que, indubitavelmente, poderiam ser identificados como “cidades”.¹ Contudo, as conquistas do México e do Peru, empreendidas por Cortés e Pizarro, puseram um abrupto fim ao processo de desenvolvimento urbano posto em prática pelas civilizações da América pré-colombiana. Em termos gerais, pode-se dizer que estas nucleações urbanas ancestrais influíram pouco no posterior projeto de ocupação do território conquistado, resultando em um processo baseado, essencialmente, na fundação de cidades de matriz europeia como mecanismos de exploração de vastos territórios.

Se nestas regiões – já ocupadas por civilizações avançadas que se desenvolviam há milênios e onde já existiam fortes tradições arquitetônicas – a transferência de princípios construtivos e urbanísticos da Espanha metropolitana encontrou, através de uma imposição vertical do *modos operandi* europeu, espaço de disseminação e assimilação, dando às nucleações hispano-americanas uma imagem fortemente marcada pela influência peninsular, esse mesmo processo no Brasil, na época de domínio português, parece ter sido ainda mais direto e implacável.

¹ Cerca de quatro mil anos antes de 1492, centros cerimoniais organizados já eram encontrados nos Andes Centrais: como atesta a presença, na Cordillera Blanca peruana, do sítio arqueológico de Caral, assentamento levantado por volta de 2600 antes de Cristo. Mas, sem dúvida, o auge da fase urbana das culturas pré-hispânicas coincidiria com a época da conquista espanhola dos territórios da Mesoamérica e dos Andes Centrais. Ponderando sobre a sede do império asteca, cronistas espanhóis asseguraram um número de pelo menos sessenta mil habitações espalhadas pelo núcleo urbano. Em função desta quantidade de casas, usualmente o número de habitantes de Tenochtitlán seria estimado em cerca de trezentos mil, cifra que parece um pouco exagerada para alguns autores, mas que será confirmada com segurança pelos contemporâneos, bem como pela maioria dos investigadores do tema. Hardoy (1999, p. 166) que, a princípio, veria certo abuso no cálculo tradicional, não conseguiria propor uma nova estimativa – mas avaliaria que a população da capital asteca alcançaria bem mais que a metade do considerado.

Afinal, não se pode perder de vista que – ao contrário dos atuais territórios do México, da Guatemala, de Honduras, Peru, Equador, Bolívia – no Brasil inexistia qualquer vestígio de uma cultura urbanística pré-portuguesa, assim como de tradições arquitetônicas e construtivas mais sofisticadas (ou mais elaboradas) que as engenhosas formas indígenas de edificação em cipó e palha. Se as edificações e aldeamentos indígenas eram capazes de responder às necessidades de construção de abrigos efêmeros adequados aos modos de vida dessas populações, não se pode esquecer que os índios ainda estavam imersos – do ponto de vista da cultura material – no mundo neolítico.

Sendo assim, essas formas de edificar não atenderiam aos anseios de um projeto colonizador que demandava a fixação de colonizadores europeus para garantir a posse do território e a potencialização da exploração das riquezas da terra. Ou seja, para a construção das cidades luso-brasileiras e das suas edificações – aqui se tratando mais especificamente das Cidades Reais, ou seja, daquelas que desempenhavam funções estratégicas no plano da administração portuguesa – não havia nenhum exemplo local a ser seguido, aproveitado ou mesmo confrontado pelos saberes fincados na metrópole, que então encontravam novos campos de expansão.

Logo, a cidade de Salvador nasceria *ex novo*, fruto de uma medida político-administrativa da Coroa Portuguesa que fazia parte de um processo de superação da primeira fase de ocupação pré-urbana, então vivenciada no Brasil, através do desenvolvimento de um novo projeto civilizador visando a transformação deste vasto território em um Estado. Fundada em 1549, inicialmente para ser a capital do Brasil, com objetivos de assegurar a proteção do litoral contra invasões estrangeiras e de estruturar político-administrativamente o funcionamento da colônia depois da falência do sistema das Capitanias Hereditárias, a cidade se consolidará no final do século XVI como o primeiro e o maior núcleo urbano construído em território brasileiro – bem como centro comercial de grande importância vinculado à exportação de açúcar e à importação de alguns produtos manufaturados, além de alimentos, função que caracterizará a sua história durante todo o período colonial.

Salvador será fruto de um ato pensado, em que o lado racional de todo o percurso do qual resultou evidencia-se no chamado Regimento de Tomé de Souza, primeiro Governador Geral do Brasil, elaborado pelo Rei D. João III, em 1548. Em função da sua significação simbólica enquanto sede do poder português na América, e da sua conseqüente articulação mais direta com a metrópole, é possível observar na sua configuração urbana uma clara transposição de parâmetros

ou elementos estético-constructivos de viés metropolitano. Assim, a fundação da cidade assumirá grande importância em diversos planos, visto que representará uma experiência urbanística inovadora para o mundo lusitano na medida em que marcará, no universo do projeto colonizador português, a transição para uma nova era: pela primeira vez na história era transplantada, para além-mar, “[...] uma capital inteira”. (MOREIRA, 2001)

Entre as incumbências prescritas no regimento de Tomé de Souza cabia a construção da cidade em local estratégico, de modo a atender ao papel que lhe estava determinado. A Baía de Todos os Santos, uma das maiores do mundo, situada praticamente a meio caminho entre os limites norte e sul do litoral do Brasil, configurava-se na localização mais indicada para tal fim.

Apesar da existência de uma povoação precedente – a Vila Velha do Pereira, antiga sede da Capitania da Baía de Todos os Santos, localizada no sítio conhecido atualmente como Porto da Barra – Tomé de Souza e Luís Dias² seguindo recomendações explicitadas no citado Regimento, apenas a utilizaram como base das operações. Na verdade, depois de estabelecidos em terra, escolheram uma área situada mais para o interior da baía, onde a tranquilidade das águas e a existência de um amplo platô, a mais ou menos 65 metros de altura, atenderiam de modo mais pleno às prescrições do Regimento, além de possibilitar a construção da cidade em dois níveis – uma Cidade Alta, destinada às zonas residenciais e administrativas, e a Cidade Baixa, voltada basicamente para as atividades portuárias –, reproduzindo um modelo comum à tradição urbanística portuguesa.

Com exceção da face oeste, que estava voltada para a encosta e o mar, todo o recinto da Cidade Alta era cercado por muros, contando com dois acessos principais por terra – um ao norte e outro ao sul –, onde a circulação era controlada. Assim, assegurava-se a defesa do burgo por terra, principalmente das possíveis invasões dos nativos que tentavam, em vão, evitar a ocupação do seu território primitivo. Contudo, pouco tempo depois da fundação da cidade, os religiosos jesuítas (1551), carmelitas (1586) e beneditinos (1582) se implantaram fora dos limites murados, buscando dar maior eficiência aos trabalhos de catequização do gentio e impulsionando rapidamente a expansão da área urbanizada para o sul (beneditinos), e principalmente para o norte, onde se estabelecerão os jesuítas e os carmelitas.

² Embora tenha sido o mestre construtor, responsável pela implantação da cidade, possivelmente, Luis Dias foi apenas um executor, seguindo um projeto – composto de traças e desenhos – de autoria de Miguel de Arruda, arquiteto-mor das obras reais, em Portugal e todo o império. Sobre esse assunto recomenda-se a leitura do artigo de autoria de Rafael Moreira, *O arquiteto Miguel Arruda e o primeiro projeto para Salvador*. (MOREIRA, 2001)

É especialmente na parte elevada do sítio escolhido para cidade onde pode ser observado o grande esforço de organização que permeará a implantação do núcleo urbano, reafirmando o pleno domínio da coroa portuguesa na sua colônia americana. Não restam dúvidas quanto à relativa regularidade formal do traçado desde os seus primeiros anos de fundação, quebrada apenas pela configuração posterior de alguns bairros periféricos, surgidos em torno de estabelecimentos conventuais que foram implantados fora do perímetro murado da nucleação, a partir de 1580. É certo que este traçado, tendente à ortogonalidade, não poderia ser comparado com a obsessiva regularidade que seria desenvolvida, mesmo antes da fundação de Salvador, no processo de criação de dezenas de cidades na América hispânica – particularmente os núcleos urbanos concebidos como quadriculas rigorosamente homogêneas e cartesianas.³

Em outra direção, o plano preconcebido para a primeira cidade brasileira, imaginada para ser a “cabeça do Brasil” no Novo Mundo, deixaria margens para adaptações às características topográficas e morfológicas do sítio, como se pode observar nas peças da iconografia mais antiga da cidade de Salvador⁴ – e mesmo nos registros atuais da área correspondente ao “Centro Histórico”. É claramente perceptível uma nítida adequação das vias e quarteirões à irregularidade do relevo do terreno escolhido para implantação do núcleo urbano, resultando não apenas na definição de quarteirões quadrados ou retangulares de dimensões mais ou menos padronizadas, mas também de outros com formas trapezoidais ou mesmo seguindo polígonos mais complexos, com tamanhos variados.

Contudo, a maior flexibilidade do traçado não seria apenas decorrência da implantação da cidade em uma zona de topografia bastante movimentada e acidentada, bem como da clara dificuldade de adaptação de uma trama regular nestas circunstâncias.⁵ Seu idealizador (provavelmente o arquiteto português Miguel de Arruda) seguia uma tradição lusitana que não privilegiava a geometria aprisionada e inflexível dos *dameros* implantados nos territórios espanhóis

³ Segundo Nicolini, (2005, p. 29) o delineamento regular das cidades fundadas pelos espanhóis no Caribe, na Mesoamérica, nas Américas Central e do Sul aspiraria, gradativamente, a um esquema cada vez mais rigoroso, culminando na realização de um modelo de cidade que apresentará uma organização absolutamente cartesiana: a cidade projetada de forma quadrangular, com quarteirões e *plaza mayor* quadrados, assim como lotes urbanos também quadrangulares – fruto da divisão das quadras em quatro *solares* de idênticas dimensões.

⁴ As mais remotas plantas de Salvador de que se tem conhecimento datam do início do século XVII – tendo em vista que as suas “traças” originais (que orientaram Tomé de Souza e Luís Dias na construção da cidade) desapareceram sem deixar registro.

⁵ Este princípio de adaptação estava claramente explicitado no Regimento de D. João III – também chamado Regimento de Tomé de Souza – que determinou e norteou a construção da cidade.

do Novo Mundo. Na verdade, a tradição de fundação e planificação de cidades empreendida pelos portugueses aceitava as adaptações necessárias para um mais apropriado processo de desenvolvimento do assentamento urbano – pelo menos nos séculos XVI e XVII. No que se refere à constituição da paisagem citadina, antes de ser um retrocesso no sentido inabalável de ordenação – que pode ser capturado em uma cidade como Lima, por exemplo –, esta maior flexibilidade contribuirá, imensamente, para a geração de significativos e fascinantes panoramas, resultantes da constituição de cenários ricos em dinamismo e dramaticidade, capturados dentro do seu ambiente urbano.

A partir dos anos sessenta, ainda no século XVI, o cultivo da cana se expandirá, praticamente, por toda a zona úmida litorânea que margeava os rios do Recôncavo Baiano, tendo em vista as condições de solo e clima das mais favoráveis e a abundância de água e madeira, fundamentais ao processo de fabricação do açúcar.⁶ O açúcar produzido na região era exportado por Salvador que, conseqüentemente, ao final do mesmo século, acabará se consolidando como o mais importante porto da colônia. O plantio de tabaco em outras áreas da circunvizinhança e sua exportação, a partir do século XVII, dará ainda mais dinamismo ao porto da capital que, a essa altura, era também um grande centro importador dos mais variados produtos. Salvador permanecerá durante muitos anos como o único entreposto de gêneros alimentícios e produtos manufaturados trazidos de Portugal e também como o maior mercado de escravos africanos do país.

Como centro econômico e político, Salvador passou a influenciar um grande território, contando especialmente com o seu comércio para se relacionar e dirigir um vasto espaço regional. Toda a produção de uma grande área convergia para o centro urbano e daí partia para outros horizontes, exportada através do seu porto, ficando um pequeno excedente na cidade para o atendimento das demandas locais. Esse era o caso não só do açúcar e do tabaco produzidos no Recôncavo desde os dois primeiros séculos, mas também do algodão, do couro, do café e do ouro, que passaram a ser trazidos do interior, principalmente a partir do século XVIII.

O dinamismo da economia local também transparecia na estrutura físico-urbana da cidade que, inicialmente, na sua parte alta era limitada a um trapézio amuralhado, grosso modo, edificado entre a Misericórdia, a Praça Castro Alves, os arredores da atual Rua Rui Barbosa e o trecho da encosta. No entanto, já nos

⁶ Embora inicialmente de consumo restrito à nobreza da época, logo o açúcar passa a fazer parte da alimentação de amplas camadas da população, constituindo a sua produção em um verdadeiro filão aurífero que viria justificar os vultosos investimentos necessários à sua fabricação.

primeiros anos subsequentes à sua fundação, a cidade ultrapassou esses limites em direção ao norte, ocupando novas áreas em torno do Terreiro de Jesus, configurando, ainda no final do século XVI, uma malha urbana aproximadamente três vezes maior que a da mancha matriz construída por Luís Dias (Figura 1a).

As áreas incorporadas também foram protegidas por muros, que circundavam todo o sítio urbanizado da cidade, com portas fortificadas nos acessos norte e sul – respectivamente Portas do Carmo, onde atualmente encontra-se o Largo do Pelourinho, e Portas de São Bento, situadas no local da Praça Castro Alves (Figura 1b). Complementava esse sistema defensivo a existência de alguns baluartes em pontos estratégicos do perímetro murado, além de dois fortes edificadas nos arredores: Santo Antônio da Barra, na entrada da baía, e Monte Serrat, na área mais ocidental da Península de Itapagipe – ambos construídos, em uma primeira versão, ainda no século XVI.

A geografia do sítio contribuirá para que a distribuição dos usos comerciais, residenciais e administrativos se estruture a partir de dois eixos quase paralelos – separados entre si pelo grande desnível da encosta – e assim definidos: na Cidade Baixa, ou Bairro da Praia, praticamente em uma única via ao longo do mar, entre a Preguiça e a parte baixa da Ladeira do Taboão, concentrava-se o grosso das edificações destinadas às atividades comerciais, distribuídas em armazéns, trapiches e similares; na Cidade Alta, em outro eixo também paralelo ao mar, articulavam-se os principais edifícios relacionados às atividades religiosas e administrativas.

Contudo, cabem aqui algumas considerações acerca desses eixos. Primeiramente, não se pode deixar de registrar que no eixo correspondente ao Bairro da Praia também havia residências, além de aí se encontrar um dos mais antigos e importantes templos religiosos da cidade: a Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia. As atividades comerciais aí agrupadas deviam ser prioritariamente aquelas relacionadas diretamente às importações e exportações que se viabilizavam através do porto. Por sua vez, o eixo de articulação das principais atividades religiosas e administrativas e a sua vizinhança, na Cidade Alta, também não excluía a presença de residências e da atividade comercial – quer fosse através das feiras que aconteciam nos largos e praças aí existentes, quer fosse através da instalação de lojas comerciais. Estas atividades se agrupavam, especialmente, no prolongamento do citado eixo, tanto no sentido norte (pela via que ligava o Terreiro de Jesus às Portas do Carmo), quanto no sentido sul (a partir da Rua Direita do Palácio que ligava a Praça do Palácio às Portas de São Bento) – onde “[...] concentravam-se as casas comerciais mais importantes, as residências dos mais proeminentes cidadãos e diversos edifícios de serventia pública, situação que a colocava como

a via de trânsito principal no recinto entre portas e nos acessos externos". (SIMAS FILHO, 1998, p. 90)

O DESENVOLVIMENTO DA PAISSAGEM URBANA DE SALVADOR

Cerca de cem anos depois de fundada, a malha urbana da cidade tinha incorporado novas áreas, tornando-se a segunda cidade do Império Português e perdendo em população e importância apenas para Lisboa. Com a superação do perigo das invasões estrangeiras⁷ e a restauração da Coroa Portuguesa, submetida à monarquia espanhola de 1580 a 1640, teve início a reconstrução e ampliação de importantes edifícios públicos e religiosos, antes precariamente edificadas. Nesse mesmo século, expandindo significativamente o número de templos católicos já existentes, começa a edificação de novas igrejas e dos mais monumentais solares legados pela colônia. Praticamente data do mesmo período a maior parte dos monumentos arquitetônicos existentes no "Centro Histórico" de Salvador – monumentos que viriam caracterizar a dramática e pujante paisagem da cidade que se manteria em pleno equilíbrio e afirmação até finais do século XIX.

Muitos foram os elementos que contribuíram para configurar a paisagem urbana de Salvador e marcaram o desenvolvimento da sua cenografia dramática até finais do século XIX. A conjunção de alguns fatores que conformaram a imagem da cidade promoveria um equilíbrio plástico coerente que caracterizaria os panoramas que serão desfrutados da Baía de Todos os Santos, das ladeiras e vias da povoação. Entre os elementos de maior relevância na constituição da paisagem da primeira capital brasileira, se destacarão: as estruturas defensivas espalhadas pelo sítio onde foi implantado o núcleo urbano; as vistas da encosta de Salvador tomadas do mar ou da Cidade Baixa (o frontispício da cidade); a estrutura monumental dos grandes edifícios oficiais e religiosos em contraste com a massa edificada ininterrupta e homogênea da arquitetura civil.

⁷ A importância da capital, da então promissora colônia do Brasil, despertou o interesse dos holandeses que invadiram a cidade em 1624. Durante o período em que dominaram a capital, investiram na recuperação do seu sistema de defesa, além de represar riachos e córregos para criar um grande fosso alagado nos vales que circundavam a povoação pelo lado leste, dificultando as tentativas de retomada da cidade pelo continente. Salvador permaneceu sob domínio holandês por um ano, quando foram expulsos pela maior esquadra militar enviada ao Atlântico sul até aquela época. Depois de alguns acordos, firmados a partir da restauração da coroa portuguesa, porém nem sempre cumpridos, os holandeses foram definitivamente expulsos do Brasil, após um longo processo de lutas, em 1654.

O sítio de Salvador e os seus elementos defensivos na conformação da paisagem urbana

Praticamente toda a zona urbanizada da cidade de Salvador foi edificada em um platô situado no alto da primeira linha de colinas que margeia a face leste da Baía de Todos os Santos – ao longo de trecho da falha tectônica que percorre o município, grosso modo, no sentido norte-sul. Com exceção da zona portuária, todo o recinto da cidade com seus principais logradouros e edificações, quer fossem de cunho administrativo ou residencial, ficavam localizados na parte alta, seguindo uma configuração, até certo ponto, comum à tradição urbanística portuguesa: a implantação em acrópole.⁸

Sem dúvida, o trecho do promontório respondia muito bem aos objetivos previstos no Regimento de Tomé de Souza, especialmente àqueles relacionados à segurança da nova cidade-fortaleza, visto que apresentava características compatíveis com tal fim. Primeiramente, estava situado no cimo de uma escarpa, com altura média de 65 metros acima do nível do mar, o que o tornava de fácil defesa tendo em vista as táticas militares então em vigor. Considerando os pontos cardiais, na sua face oeste ficava a encosta escarpada, configurando um paredão natural de inclinação e altura bastante significativas que, sendo bem defendido, poderia tornar-se quase inexpugnável. Ao pé deste mesmo paredão, em trecho defensável a partir do topo da encosta, havia uma estreita faixa de terra com espaço suficiente para acolher as instalações portuárias, capazes de abrigar um grande número de navios, tendo em vista o fato de estar em zona pouco exposta às inclemências do mar. A leste, contornando o platô, registrava-se a existência do Vale do Ribeiro – posteriormente chamado de Rio das Tripas – que, tendo o seu talvegue situado em cota bem menos elevada, transformava-se quase em um fosso natural e deixava o sítio da cidade em posição favorável à sua proteção em caso de ataques vindos dessa direção. Por fim, tanto ao norte quanto ao sul da área do promontório, a existência de duas gargantas se configurava em pontos estratégicos para a implantação de elementos defensivos. Tais gargantas, atualmente, correspondem às chamadas zonas do Taboão e da Barroquinha, respectivamente.

⁸ “A solução acropolitana foi sempre cara aos portugueses.” (SIMAS FILHO, 1998, p. 27) Nesse sentido, observa-se que quase “[...] todas as vilas e cidades fundadas antes de 1580 foram assentadas sobre colinas, que facilitassem sua defesa pela altura e o controle das vias de acesso, principalmente as marítimas e fluviais. Variavam as alturas das colinas, mas os sítios eram praticamente iguais.” (REIS FILHO, 2001, p. 126)

Apesar da inexistência de documentação capaz de fornecer um pleno entendimento da fase inicial de edificação da cidade,⁹ pode-se concluir que, obviamente, o seu processo de construção – dada a sua magnitude – deve ter compreendido etapas distintas, o que levou aos pesquisadores da sua história a fomentarem algumas hipóteses para definição dos limites iniciais previstos na idealização da então nascente capital do Brasil.¹⁰ Apesar das eventuais divergências entre os historiadores quanto à determinação dos limites previstos na concepção da cidade, a documentação existente indica que, na sua parte alta, a mesma era envolvida por um circuito murado – com quatro baluartes – que corria por todo o seu perímetro, com exceção da sua face oeste, ou seja, dos trechos voltados para a encosta e o mar. Os dois principais acessos ao recinto interior eram feitos por portas fortificadas que se encontravam nas faces norte e sul da cidade, nos pontos onde a geografia do local possibilitava uma maior visibilidade e a efetivação de maior controle sobre quem se aproximava. Na parte baixa, protegendo o porto, apareciam duas pequenas estruturas fortificadas que cruzavam tiros: a norte, o baluarte da Ribeira do Góes, e a sul, a Estância de Santa Cruz.¹¹

Pode-se, entretanto, dizer que a inadequação desses elementos fortificados fazia com que a eventual defesa da cidade tivesse como componente de maior peso e eficiência o aproveitamento das características do relevo do próprio local, geograficamente estratégico, em que foi construída. Na verdade, a documentação indica que os muros – além de terem sido, do ponto de vista militar, um elemento anacrônico, já que não podiam resistir à artilharia de grosso calibre – foram construídos com técnicas e materiais rudimentares, com pouca resistência inclusive às intempéries. Apesar disso, como observa Gabriel Soares de Souza, (1945)¹² viriam

⁹ Além do – ainda inexplicado – desaparecimento das “traças do projeto” trazidas junto com o Regimento de Tomé de Souza, possivelmente as outras mais importantes fontes para esse entendimento foram destruídas pelos invasores holandeses ao atearem fogo nos arquivos da Câmara de Salvador, em 1625, durante as lutas de retomada da cidade pelos portugueses.

¹⁰ Dentre estes se destacam: Muros da Cidade do Salvador. (BARROS, 1910) História da Fundação da Cidade do Salvador. (SAMPAIO, 1949) A cidade de Tomé de Souza: aspectos quinhentistas. (SILVA, 1949) Formação de Cidades no Brasil Colonial. (SANTOS, 2001) A cidade de Salvador 1549: Uma Investigação Histórica. (CARNEIRO, 1978)

¹¹ Uma estância se diferenciava de um baluarte pelas menores dimensões como também pela forma mais simplificada da sua plataforma.

¹² O livro de Gabriel Soares foi publicado pela primeira vez em 1587 e é uma das obras capitais sobre o Brasil quinhentista tendo em vista que registra, sob forma enciclopédica, um impressionante conjunto de informações acerca da natureza e da presença do homem nos trópicos. Esta obra serviu de modelo para outros diversos trabalhos na mesma linha, e a sua edição original – que circulou através de várias cópias anônimas – ainda é desconhecida. A obra foi divulgada a partir do trabalho de Francisco Adolfo de Varnhagen responsável pela organização da sua primeira edição completa,

a ser elementos de defesa eficientes contra os armamentos e técnicas de guerra dos inimigos imediatos: ou seja, eventuais tribos primitivas e hostis, moradoras da vizinhança¹³ (Figura 2).

Sabe-se que a cerca murada perdeu a importância como estrutura defensiva e foi paulatinamente destruída, ainda no decorrer do século XVII, tendo em vista o crescimento acelerado da cidade para além dos seus limites. Também deve ter contribuído para isto o desaparecimento do inimigo mais imediato e incapaz de romper tal barreira – o indígena, exterminado ou neutralizado pela aculturação e assimilação ao processo de colonização, ou pela simples expulsão para a longínqua vastidão do interior do território –, assim como a possível influência das novas escolas de fortificação que viriam a priorizar outros elementos de defesa em detrimento das antiquadas e limitadoras cercas muradas.

Cabe, porém, ressaltar que dois importantes remanescentes de tal muro ainda marcariam presença no recinto da cidade até o avançar do século XVIII, sendo substituídos por importantes espaços abertos que se somariam ao tecido urbano nos anos subsequentes. No limite sul da cidade murada, a fortificação das Portas de São Bento foi demolida entre o final do século XVIII e início do XIX, abrindo espaço para a atual Praça Castro Alves, antigo Largo do Teatro – espaço que abrigaria o Teatro São João, destruído por um incêndio em 1923. No extremo norte do recinto murado, o fortim das Portas do Carmo foi demolido em 1780 – permitindo a abertura do atual Largo do Pelourinho.

Além dos muros e, provavelmente, de algumas trincheiras e faxinas,¹⁴ não havia muitos elementos defensivos de maior expressividade voltados para a proteção da cidade pelos flancos da terra, exceto aqueles construídos após a invasão holandesa de 1624. Todas as outras construções fortificadas estavam localizadas do lado da costa e tinham como objetivo proteger o porto e impedir o acesso de invasores a Salvador e ao seu *hinterland* através do mar, tarefa quase impossível, tendo em vista a largura da barra e a própria dimensão da baía em que a cidade

publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1851, com o título *Tratado descritivo do Brasil*. Para fins deste artigo foi utilizado o Volume I da edição intitulada *Notícia do Brasil*, editada em São Paulo, pela Livraria Martins Editora, em 1945.

¹³ Registra-se que as primeiras investidas de invasores europeus a Salvador ocorreram somente a partir do final da década de oitenta do século XVI: os ingleses em 1587; os franceses em 1595; e os holandeses em 1599 e em 1604, conseguindo conquistar a cidade somente em 1624. (OLIVEIRA, 2004, p. 64)

¹⁴ As faxinas eram compostas de feixes de ramos, ou de paus, que nas campanhas militares serviam para entulhar fossos, cobrir parapeitos de bateria; as trincheiras eram fossos ou escavações feitas no solo cuja profundidade e parapeito serviam de abrigo aos combatentes.

fora construída. Interessam a este trabalho, aquelas estruturas edificadas nos três primeiros séculos de colonização e que teriam resistido ao século XIX; fortificações que ganharão destaque como poderosas massas construídas voltadas para o campo de visão de quem chegava à antiga capital, especialmente pelo mar, configurando-se em significativos marcos paisagísticos do sítio da *urbis* colonial e que hoje ainda constituem importantes referências visuais para a cidade moderna.

Dentre essas fortificações, uma das mais antigas é a de Santo Antonio da Barra. Apesar de construída em local aparentemente estratégico, à entrada da baía, na chamada Ponta do Padrão, nenhum dos especialistas em fortificações posteriormente contratados para estruturar um sistema de defesa mais eficiente para a capital do Brasil a considerou de grande importância – quer fosse pela impossibilidade de cobrir a tiro toda a extensão da entrada da baía, assim como pela presença do Morro do Gavazza nas suas proximidades, o que a colocava a mercê de eventuais ataques vindos do alto, caso tal ponto caísse em mãos inimigas. (OLIVEIRA, 2004, p. 185) O arcaísmo do desenho da sua praça fortificada que – apesar de ter sido modificada e ampliada no século XVII – não incorporava nenhum baluarte, também deve ter contribuído para o seu desprestígio na avaliação de muitos dos engenheiros militares que atuaram em Salvador a partir do início do século XVII. Não obstante, mesmo antes de receber, ao final dos Seiscentos, o primeiro daqueles faróis que tornaria a fortificação célebre nos dias atuais, o monumento já exibía uma presença relevante na construção do cenário dramático da cidade de Salvador – tanto pela sua implantação majestosa em local que avança ao mar, como por ser a estrutura que anunciava a cidade a ser desvelada, alguns poucos quilômetros baía adentro.

Após a expulsão dos holandeses foram edificadas – na vizinhança da antiga Vila do Pereira – outras duas pequenas fortificações: no extremo sul da Praia do Porto da Barra, o Forte de Santa Maria; no limite norte da mesma praia, o Forte de São Diogo. O primeiro foi construído em pequeno braço rochoso ao mar, sítio que marcava o início da primeira praia habitada no interior da Baía de Todos os Santos; o segundo foi implantado em cota mais elevada, na encosta do morro que demarcava o início da falha geológica que se estende por quilômetros, a oeste da cidade, configurando a escarpa do mar, constituindo o mais importante acidente geográfico da antiga capital. Ambos apresentavam partido arcaizante, sem utilização de baluartes, tendo seus raios de ação prejudicados pela localização na vizinhança de colinas de onde poderiam vir a ser atacados – da mesma forma como acontecia com o forte da Ponta do Padrão (Figura 3).

Essas três fortificações – levantadas sequencialmente na entrada da Baía de Todos os Santos – guardavam, ainda no século XIX, enorme importância cenográfica: se apresentavam como construções fortemente assentadas em enseadas e praias, até então em relativo isolamento, anunciando, na relação de contraste com o sítio exuberante, a imponente cidade que estava por vir. Nas fotografias oitocentistas é possível observar como os Fortes de Santo Antônio da Barra (Figura 4a), de Santa Maria (Figura 4b) e de São Diogo (Figura 4c) imperavam no sítio ainda rarefeito, com uma paisagem natural praticamente intocada. O transeunte que, a partir da entrada da baía, assumisse os caminhos que o levariam por terra ao núcleo central, através da Estrada da Vila Velha,¹⁵ vivenciava, antecipadamente, os encorpados marcos referenciais sabiamente dispostos em acidentes geográficos frente ao mar, imperando diante da natureza e da singela ocupação edilícia formada, prioritariamente, por edificações térreas levantadas com materiais rudimentares – como se observa nas antigas fotografias do Porto da Barra (Figura 4).

Se estes fortes marcavam o início do sistema de defesas da cidade a partir da entrada da Baía de Todos os Santos, cerca de 10 quilômetros ao norte, na outra extremidade da grande enseada que costeia o trecho da face leste da baía e onde, em seu ponto médio, se edificaria a cidade, foi construído o Forte de Nossa Senhora de Monte Serrat.¹⁶ Situado numa pequena colina que configura um dos cabos da península de Itapagipe, presume-se que o Forte de Monte Serrat tenha sido construído na última década do século XVI. Ainda existente na atualidade, observa-se que também esta pequena fortificação possuía um desenho bastante antiquado, que resultava em uma planta hexagonal com dois dos seus lados mais alongados, com diminutos torreões circulares colocados em cada um dos seus vértices. Não se pode deixar de registrar que nesta concepção persistiam características arcaicas, ainda vinculadas às tradições bélicas medievais, que o tornavam um edifício militarmente obsoleto até mesmo para os padrões do período em que foi feito.

¹⁵ Caminho de ligação entre a zona então urbanizada de Salvador e a antiga sede da Capitania da Baía de Todos os Santos, a chamada Vila do Pereira ou Vila Velha, localizada nas imediações do Porto da Barra.

¹⁶ Na verdade, alguns quilômetros antes da entrada da baía, na Orla Atlântica, e com o mesmo fim de impedir o desembarque inimigo em uma das enseadas da vizinhança da cidade de Salvador, seria construído o – atualmente inexistente – Fortim do Rio Vermelho, cuja primeira notícia que se tem data de 1635. Esta pequena fortificação parece ter tido seu aperfeiçoamento e melhoria bastante criticados, frente a sua localização muito afastada da zona urbanizada que deixava uma série de outros pontos a descoberto ao longo da costa.

Contudo, sua posição estratégica em sítio elevado, projetado ao mar, no extremo oeste da península plana, e frente à área mais densamente urbanizada da cidade, criava mais um significativo marco paisagístico, aliando a graça do seu desenho maciço à sua harmoniosa integração com o local; tornando-se elemento referencial que serviria como acontecimento conclusivo da ocupação cidadina, até o século XIX.

Ainda em se tratando de fortificações destinadas à proteção de zonas marítimas, deve ser mencionada uma das mais significativas estruturas da cidade no que concerne à conformação paisagística dos arredores do porto: o Forte de São Marcelo, também chamado de Nossa Senhora do Pópulo. Esta pitoresca edificação foi construída para reforçar as defesas do porto, que cedo se viram prejudicadas pelo acelerado crescimento urbano da sua vizinhança, inclusive por aterros e pela ocupação das zonas de linhas de tiro. Localizado, originalmente, a aproximadamente 500 metros da costa, sobre um pequeno afloramento rochoso, o Forte de São Marcelo possui planta circular que, embora incomum para este tipo de construção, foi possivelmente inspirada no Forte do Bugio, situado também dentro da água em meio à barra do Rio Tejo, próximo a Lisboa. A versão atual do forte – em que o seu torreão central é acobertado pelo anel externo – é provável resultado de obras do século XIX.

Após a ocupação holandesa, entre maio de 1624 e maio de 1625, o sistema global de defesa da cidade passaria por processos de melhoria e aperfeiçoamento. Os próprios invasores contribuiriam para isto, quer seja reforçando algumas das estruturas existentes – como a cerca murada e seus elementos fortificados –, quer seja introduzindo alternativas defensivas especialmente voltadas para a proteção dos acessos à cidade pelo lado da terra, como o represamento do Rio das Tripas (criando o chamado dique dos holandeses na atual Baixa dos Sapateiros) e a construção, ou pelo menos o início da obra, do Forte de São Pedro, uma das fortalezas com características mais modernas e compatíveis com a engenharia militar do período. Indubitavelmente, a edificação de fortificações com partido regular de planta quadrada ou retangular, com baluartes em forma de ponta de lança em cada um dos seus vértices, foi bem mais difundida após as invasões holandesas, tendo seus teóricos, inclusive, influenciado substancialmente a engenharia militar portuguesa seiscentista – mesmo a obra do seu mais importante tratadista e Engenheiro-Mor do Reino: Luis Serrão Pimentel. (OLIVEIRA, 2004, p. 214)

Na verdade, mesmo que não tenham sido fruto da ação direta dos holandeses quando ocuparam a cidade, estas iniciativas voltadas para a defesa do sítio urbano teriam relação com a presença deles na Bahia e com a constatação – praticamente

consensual entre os estrategistas militares que viriam a atuar em Salvador – de que as eventuais ações invasoras dos inimigos externos eram mais prováveis a partir de dois vetores principais, ambos por terra, após o desembarque das armadas agressoras nos arredores da cidade. (OLIVEIRA, 2004, p. 214) Um destes vetores, definido a partir da direção norte, compreendia o desembarque de tropas em alguma das inúmeras enseadas existentes no interior da baía – tendo em vista que largura da sua barra era impossível de ser plenamente controlada –, seguido de uma marcha por terra através da Estrada das Boiadas.¹⁷ até os bairros situados a norte da zona mais urbanizada. O outro vetor partia do sul, compreendendo o desembarque de tropas na enseada do atual Porto da Barra, complementado pela consequente marcha de assalto à face sul da cidade, utilizando-se da já citada Estrada da Vila Velha (como fizeram os holandeses em 1624) ou com desembarque em algum outro ponto da costa oceânica, particularmente, entre o Rio Vermelho e Itapuã.

Assim como o Forte de São Pedro, o Forte de Santo Antonio Além do Carmo é outro que também foi construído seguindo estes novos pressupostos, e sob princípios mais modernos que os seus predecessores, edificados antes da invasão holandesa. A construção é, provavelmente, do final do século XVII e resultava em uma fortificação – semelhante ao Forte de São Pedro – de planta quadrada com quatro baluartes em ponta de lança, sendo estes dispostos de modo levemente distorcido por conta de possíveis necessidades de adaptação às limitações do terreno próximo à encosta.¹⁸ Ainda segundo uma concepção projetual mais compatível com a tratadística militar do período, destaca-se o Forte do Barbalho: a maior de todas as fortalezas edificadas para proteção da cidade. A edificação de planta quadrangular, com baluartes em cada um dos seus vértices (um deles de planta circular), é provável resultado de um projeto do início do século XVIII, tempos em que o engenheiro João Massé atuou na supervisão das defesas da cidade. (OLIVEIRA, 2004, p. 227)

Os Fortes de São Pedro, Santo Antônio Além do Carmo e Barbalho também foram referenciais importantes para a paisagem urbana de Salvador até o século XIX, tanto para quem percorria os caminhos que alcançavam, a sul e a norte, o

¹⁷ A Estrada das Boiadas foi o primeiro e praticamente único caminho terrestre de ligação de Salvador com as áreas de agricultura do Recôncavo, de onde podiam ser alcançadas zonas mais interiores e o sertão, onde a pecuária foi mais explorada.

¹⁸ Tal configuração aparece nos levantamentos das fortificações de Salvador, realizados por Caldas e Vilhena ao longo do século XVIII. Contudo essa fortificação passou por profundas transformações ao longo dos séculos XIX e XX, chegando à atualidade com um desenho bem modificado, inclusive com a supressão dos seus dois baluartes frontais.

centro da cidade, como – no caso das duas primeiras fortificações – para o navegante que percorria a Baía de Todos os Santos, margeando a costa ocidental da grande enseada. De fato, as poderosas massas edificadas dos Fortes de São Pedro e Santo Antônio revelavam pelo menos dois de seus poderosos baluartes lançados no topo da falésia que protegia a parte alta da antiga capital.

Ainda entre os elementos propostos, pós-invasões holandesas, para defesa da cidade pelas suas faces voltadas para terra, destacam-se o Dique Grande (atual Dique do Tororó) e uma extensa linha de trincheiras e baluartes construída ao longo dos limites de novos bairros que avançavam pelas cumeeiras das colinas situadas além da várzea que protegia o lado leste da cidade quinhentista. Muitas vezes confundido com o Dique dos Holandeses que, durante algum tempo, inundou o vale do Rio das Tripas, servindo de fosso às muralhas da cidade quinhentista, o Dique Grande foi construído pelos portugueses, provavelmente no decorrer da segunda metade do século XVII – ainda que sob influência das táticas defensivas holandesas –, como parte do conjunto de obras que buscavam assegurar a defesa da cidade de incursões inimigas vindas do lado de terra.

A área comercial da Cidade Baixa e o marcante frontispício da cidade

A atividade comercial teve presença expressiva em Salvador. Diversos viajantes observarão que o comércio era um empreendimento econômico bastante significativo nas ruas da cidade, especialmente nas imediações do porto, na Cidade Baixa, onde também se registrava a existência de inúmeras iniciativas ligadas à prestação de serviços. (PYRARD DE LAVAL, 1862, p. 227) Observações sobre a importância do comércio na Bahia, de maneira direta ou indireta, eram sempre feitas por estrangeiros que estiveram em Salvador ao longo do século XVII, chegando William Dampier,¹⁹ em 1699, a afirmar que a cidade era de notável comércio, após registrar em seu porto “[...] mais de trinta navios que traficavam com a Europa, afora os barcos que negociavam com a África e os que faziam o transporte para outras praças brasileiras”. (RODRIGUES, 1970. p. 31)

Como a ligação da cidade com a sua *hinterland* se dava, principalmente, a partir da navegação na Baía de Todos os Santos, mesmo grande parte do comércio de gêneros alimentícios tendia a se concentrar nas proximidades da zona portuária,

¹⁹ Corsário e navegador inglês, William Dampier (1652-1715) participou de “[...] viagens de pirataria e serviu ao almirantado inglês em navegações de descobrimento e exploração”. Em março de 1699, Dampier esteve na Bahia onde permaneceu por um mês em viagem oficial, comandando o *Roe-buck*, um navio da frota regular da coroa inglesa. (RODRIGUES, 1970. p. 31)

situação que irá perdurar até os anos sessenta do século XX, quando se efetivaram ligações rodoviárias mais eficientes com as zonas produtoras do Recôncavo.²⁰

A consolidação desse processo de implantação da atividade comercial na Cidade Baixa se dará, inicialmente, em uma massa edificada levantada ao longo da estreita faixa de terra alinhada à praia – ainda muito rarefeita no início dos Setecentos. De fato, segundo Nestor Goulart Reis Filho, (1997, p. 222) “[...] havia apenas umas poucas construções, ao pé da colina e, a seguir, o mar”. Contudo, a prosperidade do comércio nesta mesma centúria implicará na construção de diversos aterros, contribuindo para a ampliação paulatina da área urbanizada dos arredores do porto. Nestas novas terras conquistadas ao mar, seqüências de edificações se sucederão engastadas nas margens da baía, conformando modernos e imponentes cais, conjuntos erguidos desde meados dos Setecentos. Estas iniciativas não só ampliarão a área deste trecho tão importante para a dinâmica econômica da cidade, bem como colaborarão para tornar a arquitetura e a paisagem urbana da Cidade Baixa mais imponente e regular – especialmente para o viajante que acorria ao núcleo central através do porto, após navegar pelo interior da baía desde sua entrada anunciada pelo Forte de Santo Antônio da Barra.

Um primeiro complexo de sobrados comerciais de arquitetura homogênea será construído no aterro do denominado Cais da Farinha, em meados do século XVIII, produzindo um grande impacto para a constituição cenográfica da encosta. Esta eloquente estrutura urbana se assemelhava com um tipo de intervenção muito comum no período barroco, ação baseada no desenho de um encadeamento de edifícios idênticos, alinhados e distribuídos ao longo da calha de uma importante via ou das faces de uma praça ligada ao poder real. No caso do Cais da Farinha, a seqüência de edificação estava inusitadamente voltada para o mar, bem como para a rua interna que, anteriormente, se configurava como a via que margeava a praia. Neste sentido, o complexo arquitetônico seria constituído por “[...] um conjunto de quadras, compostas com edifícios de mesmo número de andares e mesmo acabamento externo, à exceção de alguns detalhes decorativos. Os pisos e as aberturas eram nivelados entre si, de tal sorte que a impressão para o observador era a de um único prédio, em cada quadra”. (REIS FILHO, 1997, p. 221)

Poucas décadas depois, estes edifícios serão sobrepostos pelo grandioso conjunto de inspiração pombalina do Cais das Amarras, levantado em outro aterro do início dos Oitocentos. (REIS FILHO, 1997, p. 226) Construído por iniciativa do

²⁰ As maiores feiras livres da cidade (São Joaquim e Água de Meninos), assim como os principais e mais antigos mercados públicos (Mercado Modelo e Mercado do Ouro) se localizaram na Cidade Baixa.

Conde dos Arcos e inaugurado em 1816, este complexo urbanístico-arquitetônico correspondia a mais de dez quadras, incluindo uma praça central que acolheria o Mercado de Santa Bárbara. (SAMPAIO, 2005, p. 32) Tinha como limite norte, a antiga Praça do Comércio, ou Praça Riachuelo, (REBOUÇAS; FILHO, 1979, p. 66) onde se localizaria o monumental edifício neoclássico da Associação Comercial – inaugurado em 1817, construído também pelo Conde dos Arcos, no local do demolido Forte de São Fernando. (FERREZ, 1989, p. 46) Ao sul, complementava e finalizava o conjunto a rotunda lançada ao mar do prédio neoclássico da Alfândega, levantado em 1860 – o atual Mercado Modelo.

Fotos do século XIX mostram um conjunto arquitetônico absolutamente regular, voltado para a Baía de Todos os Santos, formado por altos sobrados de três a cinco pavimentos (Figura 5a) – construções semelhantes às aquelas erguidas na Baixa Pombalina de Lisboa, após o terremoto de 1755.²¹ À frente destes, delimitando o mar, abria-se uma rua estreita e o cais com suas escadas de acesso. Os edifícios que compunham cada quarteirão apresentavam o mesmo gabarito e uma idêntica modenatura arquitetônica, com suas marcações e ritmo das fenestraçãoes coincidentes, dando a ideia de uma única grandiosa e eloquente estrutura lançada nas quadras. Para além disto, os casarões ocupavam a totalidade do lote que se estendia por toda a largura do quarteirão; suas fachadas voltadas para o mar e para a via posterior – a Rua Nova do Comércio – receberiam igual tratamento, em arranjo que privilegiava os vazios aos cheios, como era comum neste tipo de arquitetura de raiz iluminista (Figura 5b). Seguindo um esquema que se tornaria corrente na arquitetura da cidade após a metade do século, as fachadas laterais dos casarões de esquina tinham suas empenas arquitetonicamente tratadas com sequências vãos – os chamados oitões.

Em um vasto trecho – de largura bem generosa – da Rua Nova do Comércio, se assinalava o confronto do conjunto remanescente do Cais da Farinha com aquele do Cais das Amarras (em lados opostos da via). Assim, nos Oitocentos, um dos segmentos mais importantes da Cidade Baixa (o atual Bairro do Comércio) se configurará através do somatório de diversas linhas de aterros e conjuntos arquitetônicos regulares, até alcançar as edificações que se distribuíam nas margens da praia – já desaparecida neste trecho da baía.

Estas intervenções, viabilizadas por grandes investimentos coordenados pelo poder público, demonstravam – para além do zelo com o centro comercial da cidade, que cada vez mais se consolidava com o avançar do século XIX – a impor-

²¹ Os casarões de cinco pisos seriam mais frequentes, mas eram fruto de uma posterior ampliação de edifícios levantados originalmente com quatro pavimentos.

tância atribuída ao mais inusitado acontecimento cenográfico de Salvador: seu frontispício. De fato, a situação geográfica particular que comandava a apreensão do núcleo central da cidade – percepção derivada do grande desnível que se revelava entre a parte alta da falha geológica e a antiga linha da praia com seus aterros sucessivos ao nível do mar –, atribuía um valor paisagístico incondicional à escarpa que protegia a cidade nos primeiros séculos de ocupação.

Ou seja, o espectador que adentrava a Baía de Todos os Santos e desembarcava em seu núcleo central pelo porto, podia se deleitar com o surgimento da área densamente habitada através da aparição do imponente frontispício, tendo seu ponto culminante na altura do Forte de São Marcelo – alguns quilômetros após a idílica experiência de vislumbrar as fortificações que marcavam a entrada da baía. Na parte baixa, os diversos cais – com destaque para os conjuntos de arquitetura regular do Cais da Farinha e do Cais das Amarras, bem como a sequência de edificações do Cais Dourado (mais à frente) –, contrastavam com a massa verde da falha geológica do núcleo central, por sua vez coroada pela movimentada linha horizontal formada pelos fundos irregulares das construções encravadas no alto da falésia.

Em meio a este panorama destacava-se, na parte superior do frontispício, a antiga Catedral da Sé com sua fachada monumental voltada para o mar, como a principal protagonista de um cenário que reafirmava o papel da cidade como símbolo privilegiado do poder da fé.²² Estrategicamente situada em local elevado, daí a Sé dominava o amplo visual da Baía de Todos os Santos, ou seja, o verdadeiro elo de articulação a partir do qual podia estender sua ação pastoral ao vasto universo religioso sob sua jurisdição, que chegou a compreender não só os limites territoriais da colônia lusitana em solo americano, mas também zonas de colonização portuguesa na costa africana (Figura 5c). Outros edifícios religiosos também apareceriam – ao menos parcialmente –, com suas torres voltadas de frente ou de costas para a baía,²³ não ameaçando, contudo, a presença hegemônica da antiga catedral assentada no ponto médio do trecho mais densamente edificado.

²² Salvador, além de capital político-administrativa da colônia, era também a sua capital religiosa, tendo sido a sede da primeira diocese (1551) e, posteriormente, arquiocese (1676) do Brasil – sendo que o arcebispo de Salvador é ainda hoje o Primaz do Brasil.

²³ Poder-se-ia citar: a fachada da Igreja da Conceição da Praia (em alguns momentos da sua história, parcialmente interrompida); o frontispício da Igreja do Mosteiro de São Bento; o campanário da Igreja da Santa Casa da Misericórdia; o imponente fundo, bem como as baixas torres, da igreja dos jesuítas; a grande concentração de torres formada a norte pela junção das vistas da Igreja do Santíssimo Sacramento do Passo, além das Ordens Primeira e Terceira do Carmo; o par de campanários da Capela do Boqueirão; a torre única da Matriz de Santo Antônio Além do Carmo – só para

Competindo com a imagem da antiga catedral e sua imponente fachada, um último acontecimento dramático aparecerá na Cidade Alta, na parte superior do frontispício de Salvador, nas últimas décadas do século XIX: a vista desafogada da Praça do Palácio, o centro cívico da cidade. Além de sediar os dois principais edifícios ligados ao poder do Estado, a Casa de Câmara e Cadeia e o Palácio dos Governadores – monumentos que seriam gradativamente reconstruídos, ampliados e aformoseados com o decorrer dos séculos –, a Praça do Palácio se destacava pela situação de dilatação espacial resultante da grande janela aberta ao cenário natural da baía, constituindo um dos mais belos panoramas capturados na parte superior da cidade (Figura 5d).

Sabe-se que nas primeiras décadas após a fundação, a face oeste da atual Praça Tomé de Souza estava totalmente liberada, abrindo-se ao vazio que expunha o panorama para a baía, como fica claro no relato de Gabriel Soares de Souza de 1584: “Está no meio desta cidade uma honesta praça, [...] a qual da banda do poente está desafogada com uma grande vista para o mar onde estão assentadas algumas peças de artilharia pesada, donde a terra vai muito a pique sobre o mar ao longo do qual rochedo mui áspero.” (SOUZA apud FLEXOR; PARAGUAÇU, 2001, p. 105) Contudo, para além deste primeiro instante do desenvolvimento urbano de Salvador, com o decorrer dos anos, construções ligadas à administração pública foram obstruindo a vista, parcialmente ou mesmo totalmente – com destaque para a Casa da Relação e a Casa da Assembleia Provincial.

Esta situação de clausura da Praça Municipal duraria mais de dois séculos quando, na segunda metade do XIX, a face oeste do largo foi gradativamente reaberta com a intenção de ampliar a praça e liberar a vista para o mar. Segundo Consuelo Sampaio, o presidente da Província da Bahia, Francisco Gonçalves Martins, futuro Visconde de São Lourenço, em 1852 “[...] afirmou que, para ‘o aformoseamento da Cidade’, seria necessário ‘demolir o edifício da Relação e a Casa da Assembléia Provincial’. [...] Esta sugestão do visconde precedeu, em 17 anos, o pedido de demolição da Casa da Relação feito por Antônio de Lacerda, em 1869, para a construção do Elevador Hidráulico da Conceição”. (SAMPAIO, 2005, p. 69) Ou seja, na década de 1870 o espaço já se veria totalmente liberado em sua face ocidental – também atendendo ao objetivo de permitir a edificação do primeiro *ascensor* hidráulico da cidade.

Para a vista do frontispício, as demolições colocarão este trecho tão importante do núcleo central em profundo destaque, já que, anteriormente, a Praça

expor algumas daquelas igrejas encravadas no topo da falésia ou no campo de visão do núcleo central.

do Palácio era muito pouco reconhecível nos panoramas da encosta – por estar perdida nos fundos das edificações que compunham a crista da falésia. A torre central da Casa de Câmara e Cadeia, particularmente, passará a despontar no eixo central da janela aberta ao mar com a demolição das construções que encerravam a praça – na mesma linha em que aparecerá, logo à frente, a estrutura do Elevador da Conceição. Desta forma, o poder oficial, simbolicamente comandado pelo Paço Municipal e pelo Palácio dos Governadores, disputará espaço com a imagem secular da antiga Sé – que na época não era mais a Catedral de Salvador.

Para além disso, a derrubada da Casa da Relação e da Casa da Assembleia Provincial, somadas ao vasto plano de construção do conjunto pombalino do Cais das Amarras, demonstram como as ações de remodelamento urbano do século XIX contribuíram, imensamente, para ampliar o caráter cenográfico da paisagem de Salvador (Figura 5).

A massa edificada da arquitetura ordinária e a paisagem construída da Cidade Alta

A massa edificada gerada pela ocupação urbana das partes mais densas da cidade de Salvador – na configuração morfológica que guardaria o espaço urbano até finais do século XIX – teve como característica básica uma grande homogeneidade, que perduraria ao longo do período colonial e imperial, em toda arquitetura civil brasileira, tendo suas raízes fincadas em um processo ancestral de parcelamento e ocupação do solo. Ou seja, no caso da área central da primeira capital da colônia portuguesa no Novo Mundo, o imponente conjunto formado por altos sobrados alinhados com as vias e sequencialmente agregados, que estruturavam, ininterruptamente, as imponentes calhas das ruas – sejam elas as raras vias de configuração mais plana, as frequentes ladeiras, os caminhos retilíneos ou sinuosos –, resultou de um processo de implantação edilícia vinculado a uma longa tradição lusitana de parcelamento e ocupação do solo urbano. De fato, em Salvador, a estrutura fundiária e a lógica de ocupação da sua zona urbana já marcavam presença no plano de sua fundação, bem como nas primeiras expansões, a sul e a norte, que a nucleação experimentou ainda no século XVI e que se estenderam para áreas mais distantes nas centúrias subsequentes, permanecendo como um esquema praticamente inalterado com o decorrer dos Oitocentos.

Na verdade, para além do desenho da traça de Salvador permitir uma leitura clara da tentativa de adaptação de um plano regular a uma zona de relevo movimentado, o parcelamento dos lotes era nitidamente diferente daquele utilizado

pelos espanhóis em seus assentamentos de conformação inflexivelmente regular. Na América hispânica, o *solar* era fruto de uma subdivisão contínua por metades do quarteirão, determinando uma lógica menos permeável à influência da topografia; já a maneira de parcelamento implementada pelos portugueses resultava do fracionamento, mais ou menos proporcional, da testada da quadra, levando em conta a largura da via em que se encontrava²⁴ e possivelmente, também, a sua declividade. Ou seja, a distribuição fundiária estaria ligada, de fato, mais às ancestrais tradições portuguesas do que a métodos meramente geométricos de subdivisão de uma trama regular.

Logo, se os *solares* hispano-americanos eram originalmente muito largos, possibilitando aos casarões se desenvolverem a volta de pátios internos para o convívio, bem como para a iluminação e a ventilação do cerne das edificações, os lotes nas nucleações luso-brasileiras frequentemente possuíam testadas de pequenas dimensões, inviabilizando a existência de pátios internos (a não ser em casos excepcionais). Para compensar a ausência destes vazios internos, as edificações apresentavam quintais ao fundo do lote, com profundidades bastante variadas, atingindo dimensões que, às vezes, os faziam chegar às ruas do outro lado dos quarteirões – seguindo, mais uma vez, tradições medievais portuguesas. Esta procura por uma área externa privativa, de dimensões razoáveis, é fator relevante, pois, além de ampliar as possibilidades de iluminação e ventilação das casas, permitia o cultivo de bens de subsistência em pomares, hortas, ou mesmo a criação de animais.

Como fator determinante para a constituição do ornamento e decoro da paisagem urbana, as edificações civis respeitavam as normativas que exigiam sua implantação no alinhamento das vias, sendo praticamente impossível encontrar construções recuadas. Da mesma maneira, não existiam afastamentos laterais, sendo todas as casas geminadas, condicionando, conseqüentemente, o aspecto uniforme já citado.

Ou seja, assim como acontecia em outras nucleações do mundo português, em Salvador as ruas eram definidas – em ambos os lados – por superfícies compostas pelas fachadas contínuas das edificações locadas ao longo do seu alinhamento, que eram construídas sobre as testadas e os limites laterais dos lotes. Para potencializar a ocupação máxima dos lotes nas áreas mais urbanizadas da cidade, os sobrados alcançarão dois, três, quatro e até cinco pavimentos. Isto dava, princi-

²⁴ “[...] o lote português [...] é o resultado da partição normalmente geométrica das frentes, a qual é, por regra, directamente relacionável com o próprio dimensionamento da secção da rua e [...] com o posicionamento e dimensionamento dos vãos.” (ROSSA et al., 2002, p. 430)

palmente às áreas mais centrais, uma aparência de grande concentração urbana, sendo que a sequência de habitações regularmente dispostas fechavam o campo visual do transeunte, destacando ainda mais a presença das edificações religiosas e suas altas torres, que extrapolavam o gabarito usual da arquitetura civil (Figura 6a).

Nas zonas mais periféricas, ou mesmo naquelas adjacentes ao centro antigo, as edificações costumavam ser térreas e apresentar um tratamento mais singelo, como ainda se vê em muitas casas de um pavimento que ocupam a via principal dos bairros do Carmo e Santo Antônio, nos antigos limites norte do sítio habitado.²⁵ Da mesma forma, nas áreas mais distantes – ou, eventualmente, em algumas casas situadas nas esquinas – os terrenos baldios ou pomares, quando chegavam até às ruas, eram escondidos pela presença de muros que, deste modo, asseguravam a continuidade das superfícies edificadas.

Contraditoriamente, as fachadas dos casarões localizadas nos quintais não apresentariam a regularidade típica das elevações voltadas para as ruas. Por um lado, as fachadas dos fundos raramente se encontravam alinhadas em função de cada casa possuir profundidades específicas. Por outro, nos fundos das habitações era muito comum a presença de puxados e edículas – volumes irregulares independentes, agregados à construção principal ou assentados nos fundos dos quintais, às vezes seguidos de varanda alpendrada e, em muitos casos, sustentados por pilares de pedra ou madeira que venciam os declives do terreno. Esta situação decorria do esquema geral de distribuição das funções nas residências soteropolitanas onde a parte de trás absorvia o uso dos serviços domésticos: cozinha, sanitários, cômodos para os escravos, horta, animais. (LEMOS, 1989, p. 32) Assim, a fachada posterior da residência ficaria submetida ao uso cotidiano e afastada dos regulamentos que organizavam a homogeneidade das elevações frontais dos edifícios.

O descaso com a organização da volumetria, dos alinhamentos e das fenestramentos das fachadas voltadas para os quintais decorria do fato de que a articulação caótica nos fundos dos lotes raramente era vista a partir dos logradouros públicos. Só em algumas situações era possível vislumbrar os puxados e as edículas, existentes na parte de trás das casas – como seria o caso da visualização do frontispício da cidade de Salvador nos panoramas capturados do mar e da Cidade Baixa, de onde despontaria a visão dos fundos do conjunto de edificações contíguas implantadas na parte superior da encosta. Esta imagem expunha a desordem dos fundos das casas e sobrados situados na Cidade Alta, cujas fachadas principais estavam voltadas para algumas das mais importantes vias de Salvador.

²⁵ Muitas destas casas tiveram as suas fachadas reformadas no início do século XX, segundo o gosto do ecletismo.

Fica claro que esta ocupação edilícia era fruto do remoto parcelamento e ocupação do solo oriundo da primeira implantação da cidade e das suas posteriores expansões, situação que revelava a preocupação com o decoro para as imagens intraurbanas apreendidas ao circular pelas vias da Cidade Alta (Figura 6b), mas certo descaso com aquelas capturadas desde a parte comercial da cidade, bem como da própria baía.²⁶ Não obstante, esta situação não retiraria o caráter monumental da imagem que tornaria célebre o frontispício de Salvador, mesmo nos primórdios da sua ocupação.

Outro aspecto que dava homogeneidade ao conjunto edificado era a utilização de telhados de duas águas com as cumeeiras paralelas à rua, com o consequente caimento de um dos planos voltado para a mesma rua e o outro direcionado para os fundos do lote (Figura 6c) – reproduzindo a solução mais corriqueira nas cidades portuguesas, especialmente naquelas regiões de origem da maior parte dos colonos que vieram para a Salvador.²⁷ Na realidade, a origem desta solução teria motivações pragmáticas, especialmente no que se refere à proteção dos panos das paredes caiadas expostos nas fachadas da frente e dos fundos. As empenas raramente existiam em função do próprio sistema gregário que unia as construções entre si, servindo de proteção natural para as fachadas laterais que, de outra forma, estariam sujeitas às intempéries.

Nas casas e sobrados de esquina, que possuíam, naturalmente, mais de um pano de parede voltado para as vias públicas, era comum a utilização de cobertura em três ou quatro águas para evitar as empenas nuas viradas para o logradouro. (REIS FILHO, 1987, p. 26) Em alguns casos, quando um sobrado de três ou quatro pavimentos estava agregado a outro mais baixo, a parte da empena desprotegida poderia ser revestida com telha cerâmica – como pode ser visto ainda hoje em vários exemplares ainda presentes no “Centro Histórico”. Fugiam a esse esquema apenas as poucas residências de maior porte edificadas em terrenos mais amplos ou localizadas na periferia da cidade – com telhados de quatro águas que protegiam as fachadas invariavelmente expostas às intempéries: os chamados solares²⁸ (Figura 6).

²⁶ Isso mudaria, como foi visto, nas intervenções que a Cidade Baixa sofreria nos séculos XVIII e XIX.

²⁷ Embora existam registros de que colonos de diversas partes de Portugal vieram para Salvador, a maior parte deles era minhota. “No fim do século XVIII, esta praça era quase uma colônia do Minho...Todavia a Bahia manteve, ao menos na última fase da colônia, mais intenso intercâmbio com Lisboa do que com os portos nortistas.” (AZEVEDO, 1978, p. 226)

²⁸ Não confundir os solares luso-brasileiros com os *solares* hispano-americanos. Os *solares* de tradição espanhola seriam as grandes porções de terreno parceladas dos imensos quarteirões das cidades coloniais.

Somente em meados do século XIX, em função do avanço das técnicas construtivas, aparecerão casarões de esquina com empenas trabalhadas arquitetonicamente – conhecidas como oitões –, constituindo-se em uma nova solução arquitetônica que se somaria às outras praticadas há mais de três séculos. Pouco depois, com a utilização mais difundida das calhas metálicas e com as restrições legais que procuravam evitar que as águas pluviais caíssem dos telhados danificando as vias públicas, será difundido o uso de platibandas, que se multiplicarão em algumas áreas de Salvador, configurando-se em mais uma inovação estético-construtiva para os novos casarões levantados – mas, frequentemente, aplicada às edificações oriundas das tradições coloniais. O uso das platibandas não alteraria, contudo, a relação do edifício com o lote – mantendo os alinhamentos rigorosos e a ausência de afastamentos laterais, pelo menos até meados do século XIX.

Uma consequência desta forma muito homogênea e contínua de ocupação do solo foi a limitação da constituição de espaços abertos – especialmente na parte alta da cidade – que permitisse a ampliação do campo visual para fora dos seus próprios limites urbanizados. Isto fazia com que raramente fosse possível capturar qualquer vista do sítio natural a partir dos espaços públicos, mesmo por trás da fileira de fachadas alinhadas nas inúmeras vias, praças e largos, que margeavam a encosta voltada para o mar.²⁹ Ou seja, mesmo a grandiosa Baía de Todos os Santos se escondia ao ocidente, sendo raramente vista dos logradouros públicos, a não ser de alguns poucos largos e praças (casos da Praça do Palácio e do Largo de Santa Isabel, frente à Sé) e em pequenas frestas rasgadas nas ladeiras estreitas e íngremes que desciam para o porto.

A construção da cenografia urbana da Cidade Alta através da presença de seus monumentos mais significativos

Na Cidade Alta encontrava-se o centro ideal da capital; por conseguinte, representava o ápice da cenografia urbana por meio do confronto entre os principais conjuntos arquitetônicos, governamentais e religiosos (Figura 7a), que brotavam no severo traçado semiortogonal implantado por Luiz Dias para a fundação da cidade – já no século XVI, vastamente ampliado (Figura 7b). Nesta massa densamente edificada da acrópole despontarão as duas mais significativas praças da *urbis* – aquela da esfera religiosa (o Terreiro de Jesus, que tinha sua espacialidade

²⁹ Como por exemplo, a atual Rua Chile, Rua da Santa Casa da Misericórdia, Terreiro de Jesus, Rua Alfredo de Brito, Largo do Pelourinho, Rua de Santo Antônio além Carmo, etc.

ampliada ao se conectar com o Largo do Cruzeiro de São Francisco) e aquela que sediava os edifícios do poder oficial (a Praça do Palácio). Estas praças assumiam importância ímpar, pois desafogavam o núcleo urbano e abriam a vista para alguns dos seus mais importantes monumentos.

A Praça Tomé de Souza, antiga Praça do Palácio, depois Praça Municipal, acolhia grande relevância e significado. Como ponto central ideal da cidade, o largo não estava comprometido com qualquer elemento edificado da esfera religiosa, sendo o único espaço público expressivo no qual imperavam apenas monumentos civis e administrativos. Já na *fundação de Salvador*, em 1549, quando o núcleo urbano era apenas um acampamento fortificado, pelo menos duas estruturas ligadas ao poder civil marcavam presença em seu espaço: a Casa de Câmara e Cadeia (o Paço Municipal) (Figura 7c) e o Palácio dos Governadores (Figura 7d). (SIMAS FILHO, 1998, p. 35) Já foi debatido como, em alguns momentos de sua história, a praça tornar-se-ia mais monumental por meio da abertura de sua face oeste para a Baía de Todos os Santos. Esta rara situação favorecia tanto as imagens capturadas a partir da própria praça – vistas que ganhavam uma extensão quase infinita ao se dilatar simbolicamente através da imensa janela exposta no belvedere virado para o mar –, quanto os panoramas retirados da baía para o frontispício de Salvador – cenários nos quais a janela aberta à praça disputava destaque com a imagem da fachada da Sé (Figura 7).

Contudo, confirmando a tese de Murillo Marx (1991, p. 89) que afirmava a preponderância da estrutura religiosa como elemento de maior protagonismo na constituição da paisagem dos núcleos coloniais brasileiros – mesmo naqueles mais representativos do domínio da coroa, como era o caso da capital da colônia –, o complexo do Terreiro de Jesus e o Largo do Cruzeiro de São Francisco revelava um conjunto de dimensão e de apelo persuasivo muito maiores frente ao que podia ser vislumbrado na praça do poder cívico de Salvador. Na verdade, a conjunção das cinco igrejas que apontavam de maneira imponente e regular no ambiente só viria a confirmar como os monumentos religiosos seriam, quase sempre, os protagonistas do drama urbano na cidade. Na realidade, a condição topográfica difícil e particular em que o núcleo urbano se encontrava acabava favorecendo, quanto à localização dos templos, a busca de assentamentos adequados à sua melhor exposição: no alto das encostas, cumeeiras ou de outeiros; encravados na falha geológica voltada para a Baía de Todos os Santos ou mais para o interior do núcleo adensado da Cidade Alta; nos desníveis que se desenhavam com a expansão urbana e a derrubada das muralhas; mas também na Cidade Baixa, de frente para o viajante que desembarcava. Seria difícil, para o transeunte que circulava

pela cidade até finais do século XIX, *não se deparar, a cada passo, com exuberantes edifícios religiosos quando percorria o espaço urbano – e não só no núcleo central, mas também nos caminhos que ligavam a Barra à cidade, ou no percurso que unia o Comércio ao longínquo Bairro do Bonfim.*

A Igreja em Salvador assumia, portanto, o papel de protagonista da cenografia urbana, conectando as diversas partes da cidade com suas altas torres e frontões visíveis por todo lado, assim como promovendo as mais significativas experiências dramáticas através da expectativa, da tensão, do suspense, da surpresa de reencontrar os templos vistos anteriormente em imagens panorâmicas. Sobre a presença das igrejas na paisagem urbana de Salvador, Socorro Targino Martinez (1997, p. 21) dirá: “Os frontões, as torres e as imensas coberturas das edificações religiosas, e cruzeiros feericamente colocadas, chamam a atenção desta paisagem, estando as edificações sacras ora voltadas para o interior, ora sinalizadas para o mar, ora em posições transversais, desempenhando o papel de prolongar estes espaços ao infinito” (Figura 8).

Consequentemente, o conjunto urbano mais monumental da cidade de Salvador não viria a ser o da administração pública, mas aquele que acolherá as duas principais instituições religiosas da capital: os poderosos espaços justapostos que se abriam para a igreja e o colégio jesuíticos e para a igreja e o convento franciscanos (Figura 9a). A Igreja dos Jesuítas oferecerá um generoso adro que se tornará uma das grandes praças da cidade – o Terreiro de Jesus (Figura 9b); a este ambiente irá se justapor, pouco mais tarde, no lado oposto, o Largo do Cruzeiro de São Francisco (Figura 9c), espaço de forte direcionamento longitudinal, com um imponente cruzeiro ao centro e igreja ao fundo, como era usual nos edifícios da Ordem na região nordeste do Brasil. (BAZIN, 1983, v. 1, p. 137)

Não obstante, os dois grandes templos, com seus adros interpenetrantes, entravam em grave confronto, um em frente ao outro, revelando um claro desafio de poder: a praça jesuítica se tornará a mais monumental ainda com a presença, a partir do século XVIII, de outras duas importantes igrejas – a Ordem Terceira de São Domingos, assentada em frente à estrutura jesuítica, e a Capela de São Pedro dos Clérigos, levantada na face norte da praça –, estruturas religiosas que dividirão espaço e majestade com a atual Catedral de Salvador; por outro lado, a Igreja da Ordem Primeira de São Francisco, com suas altas torres e rígida fachada, destacar-se-á, juntamente com o cruzeiro levantado no século XVIII, como ponto de fuga do direcionamento perspectivo, formado pelo conjunto dos grandes sobrados agregados que conformavam seu largo.

Essa eloquente imagem barroca, tomada do enquadramento perspectivado do frontispício franciscano, está, a princípio, em conflito com o caráter bastante sóbrio da fachada do grande templo. A princípio, porque a sobriedade da imponente fachada esconde um interior dourado – talha reluzente que rompe a dureza do espaço arquitetônico ortogonal. Neste ambiente hipnótico, os altares, retábulos, lustres, painéis, forros, abóbadas de madeira – elementos decorativos integrados, profusamente ornamentados e cobertos de ouro – eliminam a possibilidade de identificação dos contornos arquitetônicos rígidos da estrutura tipológica do cerne do templo. Na verdade, ao adentrar o edifício o que se absorve é o reflexo dourado das superfícies e espaços chamejantes que invadem todos os contornos da cavidade interna – organismos cintilantes em absoluta sintonia com os painéis de azulejaria portuguesa dispostos nos dois lados da capela-mor, mas em grave contraste com as complexas balaustradas negras espalhadas regularmente pela nave. Tudo dramatizado pela presença escassa da luz que entra indiretamente pelas tribunas, pelo coro e pelos óculos dos dois transeptos – neste último caso, aberturas que literalmente perfuram os imensos retábulos barrocos. Teatro puro, reforçado pela impossibilidade de se perceber o interior sagrado do edifício a partir de uma leitura isolada dos elementos decorativos, arquitetônicos e luminosos que se invadem mutuamente.

Considerando a percepção do inebriante interior da Igreja da Ordem Primeira de São Francisco, não é viável a compreensão da exaltação cenográfica exposta em seu dourado interior independentemente do caráter que guarda seu rigoroso tratamento exterior. A partir do momento em que é promovida a aparição inesperada de um ambiente reluzente impressionante, a experiência da descoberta da intensidade barroca deste evento dramático se torna imensamente mais expressiva e teatral em função da surpresa assumida no contraste entre a forma dura da fachada e o espaço animado do interior – além de confirmar que a nave da igreja, como espaço aberto à comunidade, também participa da configuração do ambiente urbano; também contribui para a exaltação do “grande teatro” ainda encenado neste significativo fragmento da paisagem da antiga capital. Ou seja, o interior de São Francisco também se coloca como um acontecimento ligado à apreensão dramática da cidade de Salvador.

Regressando ao espaço externo da igreja conventual e para as vistas captadas do seu largo – que então, inusitadamente, emolduram, em forte direcionamento perspectivo, a fachada da igreja da ordem rival dos jesuítas –, outro evento desponta, também ligado ao processo de geração de acontecimentos cenográficos surpreendentes. Ao se voltar, mais uma vez, para a fachada da Ordem Primeira,

uma quinta igreja é exposta ao passante no conjunto urbano formado pelas estruturas jesuíticas e franciscanas: a Capela da Ordem Terceira de São Francisco de Assis. A construção aparece à esquerda, agregada à sua homônima, recuada em relação a ela, e sem a presença de torres. A posição submissa e pouco perceptível da capela dos leigos poderia revelar uma condição desfavorável na apreensão dramática do edifício, não fosse a estratégia utilizada por Gabriel Ribeiro, seu construtor, ao criar uma impressionante fachada-retablo em estilo churrigueresco – talvez único caso no Brasil colonial de um tratamento de frontispício vinculado a um padrão estético hispânico –, surgindo inesperadamente em uma pequena fresta aberta entre o adro e a via que sai adjacente.

Quanto mais o transeunte se aproxima, mais é descortinado o escorço que expõe a fachada ornamentada, toda esculpida em arenito (Figura 9d). É como se, de repente, seja exigida a expulsão, para o exterior, dos artificios que comandam o tratamento hipnótico do espaço interno da igreja principal (Figura 9e); como se a força expressiva e espiritual da nave da Ordem Primeira alcance, inesperadamente, o ambiente citadino pela frontaria da Capela da Irmandade da Ordem Terceira de São Francisco (Figura 9f) – confirmando, mais uma vez, a relação direta da nave dourada da grande basílica com a construção do drama urbano da área central da cidade (Figura 9).

Voltando ao Terreiro de Jesus, mais eventos barrocos, igualmente preservados, contribuem para a costura que definirá a cenografia dramática do núcleo histórico de Salvador. Estes episódios estarão sempre ligados à presença de outros significativos organismos religiosos que se expõem nos percursos que, partindo do adro jesuítico ou do pátio franciscano, buscam o Largo do Pelourinho. Na verdade, os dois eixos viários que atingem o espaço para quem desce do terreiro e do pátio franciscano vão oferecer experiências inusitadas de descoberta do ambiente fechado e afunilado da praça. A aproximação pela Rua Alfredo de Brito, antiga Rua do Carmo, apresenta panoramas inesperados da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos literalmente se erguendo do solo: o caminho em direção à praça revela, sequencialmente, as ricas imagens da fuga capturada por quem busca o Largo do Pelourinho, vistas que se definem, gradativamente, pela aparição sucessiva da estrutura do edifício da Irmandade dos Negros – primeiro só as torres (Figura 10a); depois a visão do frontão (Figura 10b); finalmente é desvelado, lentamente, o corpo e base do frontispício (Figura 10c). Esta percepção não está ligada a um suposto uso do artifício perspectivo comum à urbanística barroca, já que não é possível prever, em projeção horizontal, o efeito conseguido. O evento é derivado da topografia irregular onde foi assentada a via, pois o logradouro começa

em declive suave e, subitamente, adquire uma descida acentuada nas proximidades do largo. Também não foi previsto, na vivência dramática deste percurso, o enquadramento frontal da construção. Esta acaba se expondo enviesada, imagem que só favorece a assimilação da rica volumetria parcialmente interrompida – particularmente as torres, aproximadas pela perspectiva, e a cadência rítmica das marcações clássicas e da decoração rococó do frontispício.

Ao se alcançar o poderoso anfiteatro configurado pelo Largo do Pelourinho, outra imagem surpreendente desponta: a certa distância, no alto do Monte Carmelo, aparecem, agregadas, as Igrejas da Ordem Primeira e da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo – templos com as fachadas voltados para a mesma orientação (oeste) do frontispício do Rosário: a primeira à frente, com a sua torre única, e a segunda recuada, vista em primeiro plano, com duas altas torres apontando para o céu (Figura 10d). Assim, é aberto um panorama onde três templos – cinco campanários – balizam o cenário dramático. Curioso é que, se o trajeto escolhido para chegar ao largo a partir do Terreiro de Jesus é outro, prevendo a descida pela atual Rua Gregório de Matos, a ação cenográfica se desenvolve de forma completamente distinta. Poucos quarteirões antes de alcançar o Pelourinho, outra igreja, a do Santíssimo Sacramento da Rua do Passo, se revela ao passante (Figura 10e). Seu enquadramento perspectivo se torna gradativamente mais intenso até o fruidor saborear o sentimento do afinilamento espacial experimentado na chegada à praça. Neste instante, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário surge novamente, contudo, confrontando-se com a imagem panorâmica do frontão e das torres da Capela do Passo, que são vistos no morro distante, voltados para o lado oposto (leste). O estrangulamento da descida do largo não desvela mais o conjunto do Carmo, somente os templos do Passo e do Rosário. Dois percursos que promovem a descoberta da mesma praça, porém partindo de tramas cenográficas totalmente distintas (Figura 10g).

Chegando à parte baixa do largo, após passar pela fachada elegante do Rosário, poder-se-ia galgar a Ladeira do Carmo. Em diversos instantes, as torres da Ordem Terceira do Carmo apontam “aqui e ali”, vencendo o conjunto de sobrados gregários que marcam o corredor sinuoso da ladeira. Da Igreja do Passo, logo já não se guarda nenhuma imagem. Contudo, mais uma vez, se abre um panorama dramático inesperado: no meio da subida, à esquerda, perfurando a fileira de casas, uma monumental escadaria que liga a Ladeira do Carmo à Rua do Passo jorra à frente do transeunte – enquadrando perspectivamente o Templo do Santíssimo Sacramento (Figura 10f). A escadaria foi aberta para funcionar como via pública, mas se apresenta como um adro de forte apelo teatral para a igreja: mais um poderoso

anfiteatro urbano que, desta vez, nasce da Igreja do Passo se espraiando para a via sinuosa que busca o alto do morro. Mais um pouco se alcança o topo da ladeira do Monte Carmelo onde é oferecida a imagem desafogada do conjunto carmelita (Figura 10).

O largo onde se apresenta a cenográfica trama que envolve o complexo do Carmo não encerra o drama barroco que expõe a paisagem dramática da Salvador colonial. Outros tantos eventos – como a Ladeira e Igreja do Boqueirão e o Largo e Igreja de Santo Antonio Além do Carmo – também contribuirão para este processo, dando continuidade a via que segue para o antigo limite norte da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A DESARTICULAÇÃO DO EQUILÍBRIO DA PAISAGEM DA ÁREA CENTRAL DE SALVADOR NO SÉCULO XX

Já foi discutido como a localização da antiga Catedral da Sé, voltada de frente para a Baía de Todos os Santos, contribuía de forma decisiva para a constituição do mais inusitado acontecimento cenográfico do núcleo central, episódio intocável em seu aspecto dramático até finais do século XIX: a imponente apresentação da cidade – para o espectador que a alcançava pelo porto – através da exposição do seu eloquente frontispício. Contudo, a implantação da Sé da Bahia também absorvia uma singular posição no contexto edificado da Cidade Alta – fruto de uma decisão que consideraria princípios urbanísticos utilizados na concepção da sede da colônia através do desenho do assentamento que se consolidará como a capital política, administrativa e religiosa do Brasil sob o domínio de Portugal.

Se por um lado a localização da igreja, exatamente no ponto central do frontispício da cidade murada, à mesma distância dos seus extremos norte (Portas do Carmo) e sul (Portas de São Bento), facilitava, ao menos do ponto de vista simbólico, a sua articulação com o universo territorial sob sua jurisdição, por outro, não era o sítio mais favorável no que tocava à sua inserção no contexto intraurbano de Salvador – pelo menos ao se partir de uma análise mais superficial. O acesso à entrada principal do edifício – ou seja, à sua fachada mais importante – não era dos mais diretos, e era viabilizado através de duas pequenas e estreitas passagens laterais à construção, que funcionavam como ingressos quase exclusivos ao Largo de Santa Isabel (o espaço que correspondia ao adro da igreja e que era, ao mesmo tempo, o belvedere que abria vista à grande baía).

Para além disso, a Sé não dispunha de um adro com dimensões comparáveis aos que possuíam outros templos de Salvador, como as igrejas dos jesuítas e dos franciscanos – Terreiro de Jesus e Largo de São Francisco, respectivamente – e,

pode-se mesmo dizer, que as relações visuais desse edifício com o meio intraurbano propriamente dito se davam muito mais através do diálogo formal das suas fachadas secundárias com as edificações e logradouros circundantes, do que pelo estabelecimento daquela cenografia usualmente explorada, em que se privilegiava a composição da fachada principal com a praça, como constatado nos outros exemplos mencionados.

Chama a atenção o tratamento dado a alguns elementos presentes na construção, especialmente, a fachada correspondente à sua lateral direita. Sem dúvida, esta marcava presença como pano de fundo de uma das perspectivas urbanas mais importantes para quem circulava pelo contexto do centro da cidade – ou seja, a finalização da Rua da Misericórdia, um dos trechos do principal eixo de comunicação entre os bairros a norte e a sul. Daí decorria a valorização da portada de acesso lateral direito à igreja através do seu arremate com um conjunto de peças em cantaria, tais como pilastras, colunas, entablamentos, pináculos e outros elementos em relevo. A utilização destes elementos, que tinham como objetivo o enriquecimento formal da composição, articulada com própria implantação do edifício – fazendo com que a sua fachada lateral fechasse a perspectiva da rua – faziam deste acesso secundário um componente arquitetônico de grande presença cênica, rivalizando, notadamente, com a imponente portada frontal seiscentista da vizinha Igreja da Santa Casa da Misericórdia.

Além disso, este interessante episódio estava incorporado em uma trama dramática maior que se configurava através do percurso entre os dois principais espaços públicos da cidade: a Praça do Palácio e o conjunto urbano de caráter sagrado formado pelo Terreiro de Jesus e Largo de São Francisco. A experiência retirada pelo transeunte que vencia o trajeto a partir do ambiente que acolhia o Palácio do Governo e a Casa de Câmara e Cadeia (Figura 11a) se iniciava com a fuga em profundidade constituída pela calha da Rua da Misericórdia (Figura 11b), que emoldurava, perspectivamente, a portada lateral da supracitada da Sé (Figura 11d), fechando o percurso da via e confrontando a hegemonia plástica do frontispício da Santa Casa, à esquerda (Figura 11c). Ao se alcançar a fachada sul da antiga Catedral, o espectador poderia contornar o edifício por uma das duas direções possíveis. Se virasse à esquerda, logo irromperia no belvedere formado pelo Largo de Santa Isabel vislumbrando dois panoramas de forte presença cênica: pelo lado ocidental, a exuberante imagem da Baía de Todos os Santos descortinada várias dezenas de metros abaixo; a leste, a majestosa fachada principal da antiga Catedral, originalmente esculpida em cantaria de lioz português (Figura 11e).

Se o espectador, por sua vez, assumisse o contorno pela direita, passaria por trás da igreja e caminharia pela Rua do Colégio (Figura 11g) até adentrar, de forma surpreendente, no Terreiro de Jesus – se deparando com toda aquela trama dramática formada pela complexa relação entre os cinco templos citados no item anterior (Figura 11f).

Desgraçadamente, na década de 1930, a antiga Sé, bem como dois quarteirões adjacentes a ela, foram demolidos em nome da adequação da cidade aos tempos modernos. (PERES, 1999) Esta mutilação urbana possibilitou a abertura de uma nova praça, a Praça da Sé, deturpando a antiga estrutura hierárquica do núcleo central da Salvador colonial e imperial: o espaço aberto criado entre as duas praças – historicamente hegemônicas no contexto da cidade – colocaria em destaque a empena inexpressiva da igreja jesuítica, além de eliminar o efeito surpresa conquistado no percurso de ligação entre os espaços abertos mais respeitáveis do poder oficial e da esfera religiosa.

Infelizmente, a demolição da Sé foi apenas um entre diversos acontecimentos trágicos que contribuíram para romper o equilíbrio compositivo que se estenderá por mais de trezentos e cinquenta anos na percepção da paisagem urbana da área central da cidade de Salvador. A verticalização do atual Bairro do Comércio e da área do plano fundacional da cidade, assim como as demolições dos prédios da Imprensa Oficial e da Biblioteca Pública, que encerravam o lado norte da Praça do Palácio (na passagem das décadas de 1960 e 1970), se somarão a outras intervenções desastrosas no processo de fragmentação da paisagem dramática do núcleo urbano central (Figura 11).

Mas, de fato, o chamado “Centro Histórico” ainda preserva trechos significativos do seu antigo tecido urbano e da paisagem que caracterizaria estes fragmentos de cidade em um passado não tão remoto (Figura 12a); no entanto, aquela ancestral continuidade que comandaria a fruição da primeira capital brasileira, fruto do lento desenvolvimento de seu cenário urbano até finais do século XIX, seria em parte perdida (Figura 12b).

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Thales. *Povoamento da cidade de Salvador*. Salvador : Editora Itapuã, 1978.

BARROS, José Teixeira de. Muros da Cidade do Salvador. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHBA), v. 36, p. 73-77, 1910.

- BAZIN, Germain. *Arquitetura religiosa barroca no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2 v, 1983.
- CARNEIRO, Édson. *A cidade de Salvador 1549: uma Investigação Histórica*. Salvador: Banco Econômico, 1978.
- FERREZ, Gilberto. *Bahia. Velhas Fotografias 1858 / 1900*. Rio de Janeiro, Kosmos / Salvador: Banco da Bahia Investimentos S. A., 1988.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi; PARAGUAÇU, Marcos. A Praça Municipal da cidade de Salvador. In: TEIXEIRA, Manuel C. (Org.) *A praça na cidade portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, p. 103-120, 2001.
- HARDOY, Jorge Enrique. *Ciudades precolombinas*. Buenos Aires: Ediciones Infinito, 1999.
- LEMONS, Carlos. *História da casa brasileira*. São Paulo: Editora Contexto, 1989.
- MARTINEZ, Socorro Targino. *Bahia. Signos da Fé*. Salvador, Fundação casa de Jorge Amada / Bustamante Editores, 1997.
- MARX, Murillo. *Cidade no Brasil terra de quem?* São Paulo, Nobel: Editora da Universidade de São Paulo, 1991.
- MOREIRA, Rafael. O arquiteto Miguel Arruda e o primeiro projeto para Salvador. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA DA BAHIA. 4., 2001. Salvador. *Anais...* Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHBA) e Fundação Gregório de Matos (FGM), 2001. p. 123-147.(v. 1).
- NICOLINI, Alberto. El tipo urbano cuadrangular en el espacio y en el tiempo de los Andes sudamericanos. In: *Repenser les limites: l'architecture à travers l'espace, le temps et les disciplines*. Paris: l'Institut national d'histoire de l'art (Paris) et la Society of Architectural Historians (Chicago), 2005.
- OLIVEIRA, Mario Mendonça de. *As fortificações portuguesas de Salvador*. Quando cabeça do Brasil. Salvador: Fundação Gregório de Matos (FGM), 2004.
- PERES, Fernando da Rocha. *Memória da Sé*. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo do Estado, 1999.
- PYRARD DE LAVAL, Francisco. *Viagem de Francisco Pyrard de Laval (1601 a 1611)*. Vertida do Francez em Portuguez sobre Edição de

1679. Correcta acrescentada com algumas notas por Joaquim Heliodoro de Cunha Rivara. Nova Goa: Imprensa Nacional, 1862.
- REBOUÇAS, Diógenes; FILHO, Godofredo. *Salvador da Bahia de Todos os Santos*. Salvador: Fundação Oldebrecht, 1985.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Evolução urbana no Brasil. 1500-1720*. São Paulo : Editora Pini, 2001.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, FAPESP, 2000.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. Notas sobre o urbanismo barroco no Brasil. In: ÁVILA, Affonso. (Org.) *Barroco*. Teoria e Análise. São Paulo: Perspectiva, p. 217-232. 1997.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- RODRIGUES, José Honório. *História e historiografia*. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 1970.
- ROSSA, Walter et al. Recenseando as invariantes: alinhamento de alguns casos de morfologia urbana portuguesa de padrão geométrico. In: *A urbe e o traço*. Coimbra: Almedina, p. 425-443, 2002.
- SAMPAIO, Consuelo. *Cinqüenta anos de urbanização*. Salvador da Bahia no século XIX. Rio de Janeiro: Versal. 2005.
- SAMPAIO, Theodoro Fernandes. *História da Fundação da Cidade do Salvador*. Salvador: Tipografia Beneditina Ltda, 1949.
- SANTOS, Paulo Ferreira. *Formação de Cidades no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.
- SIMÕES JUNIOR, José Geraldo (Coord.). *Centro Histórico de Salvador*. Bahia: Brasil. São Paulo: Audichromo Editora, 2005.
- SILVA, Alberto. *A cidade de Tomé de Souza: aspectos quincentistas*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1949.
- SIMAS FILHO, Américo. (Coord.) *Evolução física de Salvador. 1549-1800*. Salvador : Centro de Estudos de Arquitetura da Bahia (CEAB) e Fundação Gregório de Matos (FGM), 1998.
- SOUZA, Gabriel Soares de. *Notícias do Brasil*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1945.

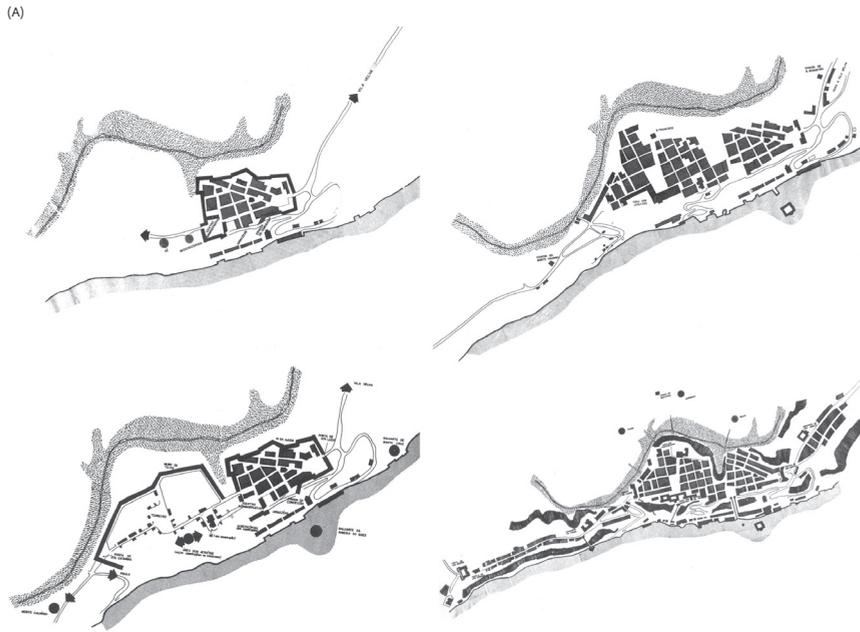


Figura 1. Evolução física da cidade de Salvador. a) Conjunto de plantas elaboradas pelo CEAB demonstrando o desenvolvimento do traçado da cidade. 1551, 1553, 1580, 1650. b) Planta da restituição da Bahia, confeccionada em 1631, pelo cosmógrafo português, João Teixeira Albernaz. Fonte: SIMAS FILHO (1998, p. 14, 15, 62)



Figura 2.
 Urbs Salvador. Planta elaborada em 1625 de autor desconhecido – publicada, posteriormente, em 1671, no livro *De Nieuwe en Onbekende Weereld*, do holandês Arnoldus Montanus.
 Fonte: REIS FILHO (2000, p. 28)

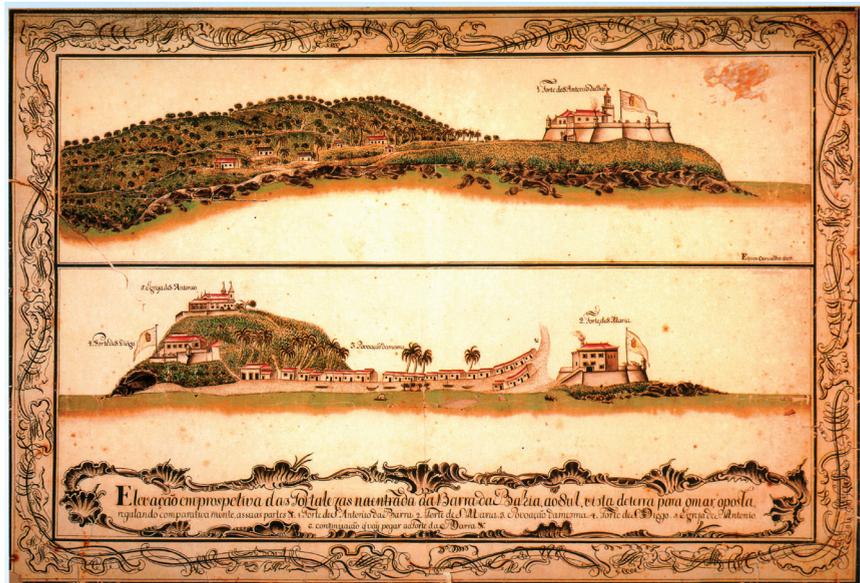


Figura 3.
 Elevação em prospetiva das Fortalezas da entrada da Barra da Bahia, ao Sul, vista de terra para o mar, oposta, regulando comparativamente, as suas partes. Desenho de Eques Carvalho, do último quartel do século XVIII.
 Fonte: REIS FILHO (2000, p. 52)

(A)



(B)



(C)



Figura 4.

Sequência de fotografias do século XIX mostrando as fortificações da entrada da Baía de Todos os Santos.
Fonte: FERREZ (1988, p. 139, 125, 64)

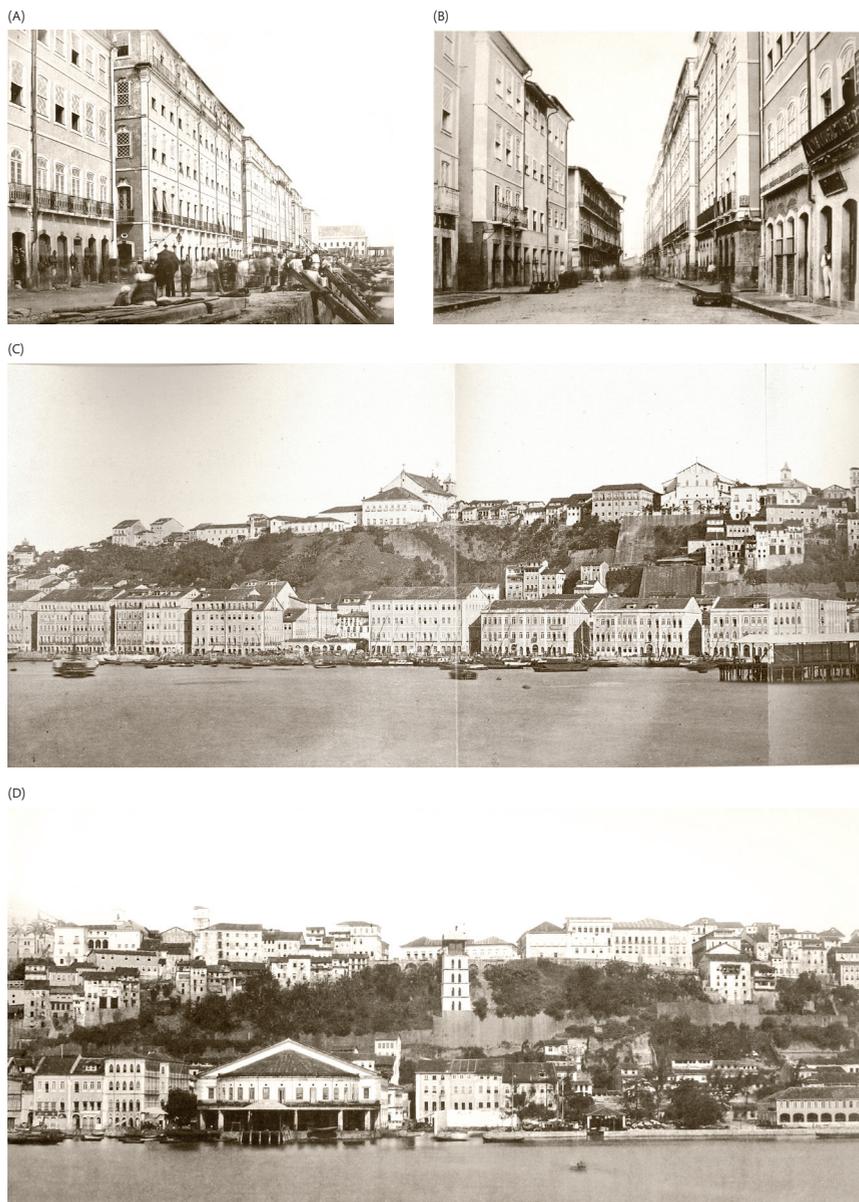


Figura 5. Sequência de fotografias do século XIX mostrando intervenções urbanas do início e meados dos Oitocentos, bem como seu impacto nos panoramas capturados do frontispício da cidade.
 Fonte: FERREZ (1988, p. 41, 44, 32, 133)



Figura 6.
Sequência de imagens mostrando a tipologia básica da arquitetura civil de Salvador.
Fonte: Rodrigo Baeta, 2006.



Figura 7.

Fotografias da Cidade Alta no século XIX. a) Ladeira e Igreja do Mosteiro de São Bento – conjunto que se situava fora dos muros da cidade. b) Vista para o Largo do Teatro (atual Praça Castro Alves), ambiente no qual se localizava, originalmente, as Portas de São Bento, e que se abria ao percurso para a Praça. c) A Casa de Câmara e Cadeia, na Praça do Palácio. d) O Palácio.

Fonte: FERREZ (1988, p. 54, 98, 55, 56)



Figura 8.
Paisagem do Bairro da Sé visto das imediações de Sant'Ana.
Fonte: REBOUÇAS, FILHO (1985, p. 101)

(A)



(B)



(C)



(D)



(E)



(F)



Figura 9.
Sequência de imagens do Terreiro de Jesus e do Largo de São Francisco.
Fonte: Rodrigo Baeta, 2006.

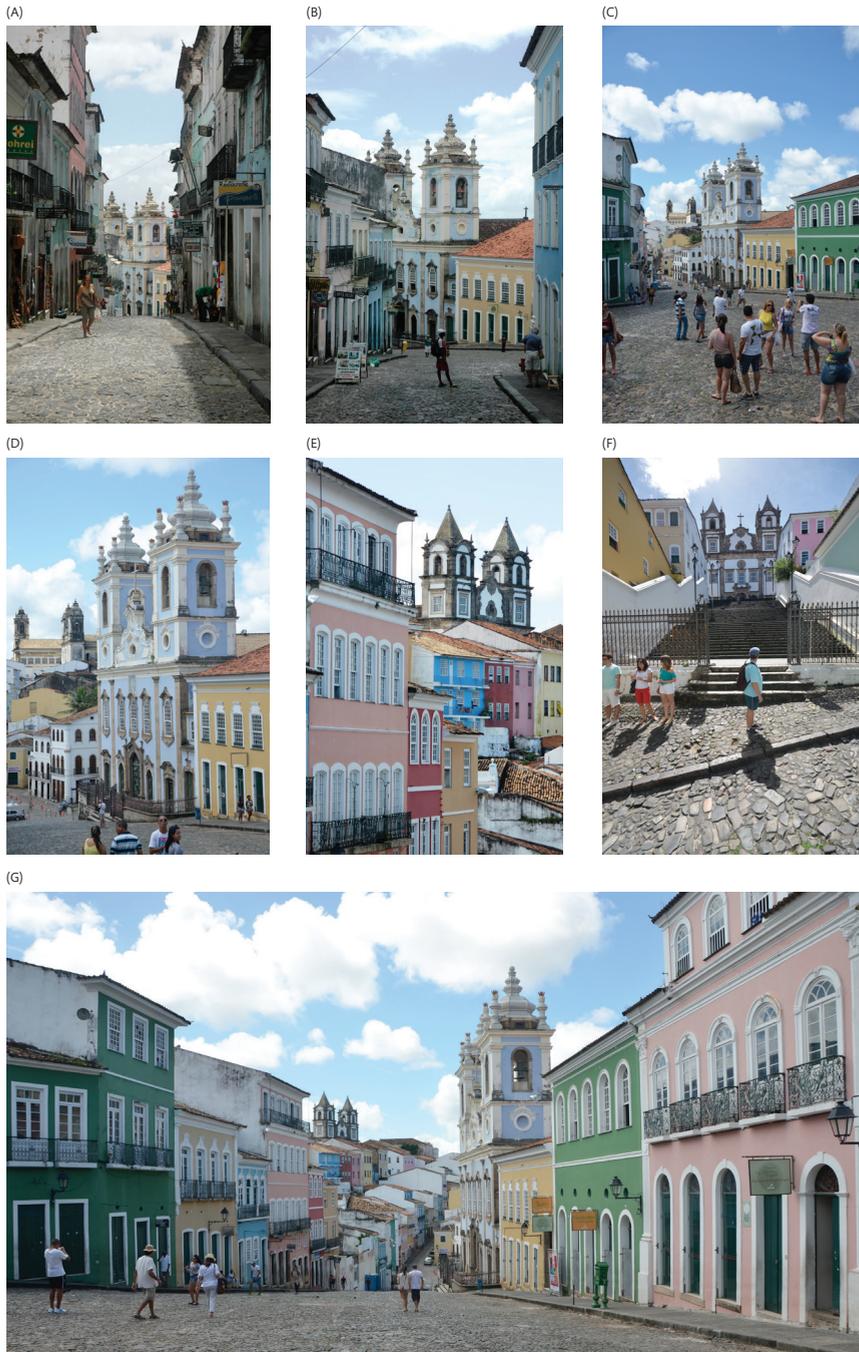


Figura 10. Sequência de imagens do percurso do Terreiro de Jesus ao Largo do Pelourinho. Descendo a Rua Alfredo de Brito, descendo a Rua Gregório de Matos e subindo a Ladeira do Carmo. Fonte: Rodrigo Baeta, 2006.

(A)



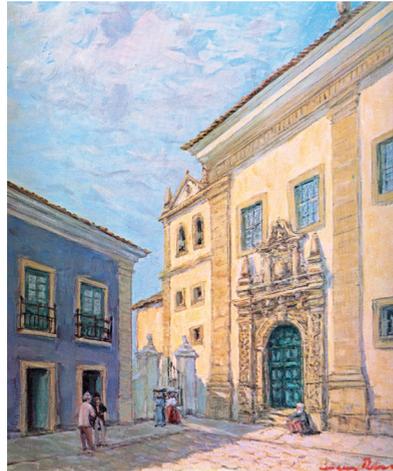
(B)



(C)



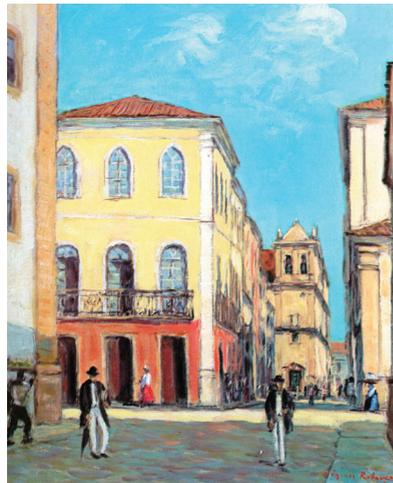
(D)



(E)



(G)



(F)



Figura 11.

Sequência de Pinturas de Diógenes Rebouças que restituem o percurso da Praça do Palácio ao Terreiro de Jesus no século XIX.

Fonte: REBOUÇAS, FILHO (1985, p. 53, 59, 65, 77, 71, 83, 91)

(A)



(B)



Figura 12.
Comparação entre o traçado viário de Salvador no século XVII e o atual "centro histórico".

a) Planta da cidade do Salvador na Bahia de Todos os Santos. 1605, João Teixeira Albernaz.
Fonte: REIS FILHO (2000, p. 18)

b) Trecho da planta atual do centro histórico de Salvador.
Fonte: SIMÕES JUNIOR (2005, p. 131)

